

A concorrência depois da II Guerra Mundial	153
A concorrência com o café solúvel	161
CAPÍTULO 5	
Um modelo do mercado cafeeiro	167
Introdução	168
A oferta e a procura no mercado cafeeiro	168
A estabilidade do equilíbrio	173
Solução geral do equilíbrio	175
CAPÍTULO 6	
Relação entre o mercado cafeeiro e a economia nacional	185
Introdução	185
O modelo utilizado	186
O modelo e o conhecimento histórico	190
CAPÍTULO 7	
Os problemas do equilíbrio do mercado cafeeiro	197
O equilíbrio do mercado dentro da política de valorização	197
O equilíbrio do mercado dentro da política recente	202
O custo social da defesa	209
CAPÍTULO 8	
O problema da elasticidade da procura do café	219
Introdução	219
O problema estatístico	223
Procura com erro nas variáveis	230
A procura dos consumidores e dos operadores	238
A elasticidade dentro do modelo	244
O mercado europeu	244
Níveis de preço e tempo da procura	247
CAPÍTULO 9	
O problema dos acordos internacionais	251
Introdução	251
Os tipos de acordo	254
Apreciação final dos efeitos estabilizadores dos acordos internacionais	260
A aceitação da política de acordo pelos produtores	262
CAPÍTULO 10	
As possibilidades do Brasil dentro do mercado cafeeiro internacional	265
Introdução	265
Café e desenvolvimento económico	265
Conclusão	269
CAPÍTULO 11	
Resumo das conclusões	273
Anexo - Preço de importação do café nos Estados Unidos	277
Bibliografia	279

CAPÍTULO 1

O MERCADO CAFEIeiro SEM A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL

INTRODUÇÃO

É muito difícil penetrar-se no âmago do problema cafeeiro e em todas as suas variadas implicações sobre a economia nacional sem o estudo minucioso da sua história. Aqui, como em todo problema da vida real, a aproximação metodológica que nos parece mais fecunda é através da história. É dessa observação que eventualmente nascerá um modelo abrangendo as variáveis mais importantes do fenómeno e que nos permitirá compreendê-lo mais profundamente.

Vamos procurar, no presente capítulo, reconstituir a história do café neste último século, ressaltando, principalmente, as relações existentes entre ela, o câmbio e a estabilidade monetária do país, e procurando inseri-la dentro do panorama mais geral do movimento dos negócios, em escala mundial.

O primeiro cuidado num trabalho dessa natureza reside na reconstituição das séries históricas. Felizmente, o trabalho de Henry Hopp (1954) contém um precioso apêndice de dados que nos serviu de base. Conferimos aqueles dados com informações suplementares obtidas em outras fontes e ampliamos o período coberto pelas tabelas.

Nosso objetivo é mostrar o comportamento cíclico dos preços no mercado cafeeiro e as implicações desse movimento sobre a economia nacional. Como preço de referência, tomamos o preço de importação nos Estados Unidos da América do Norte, calculado dividindo-se o pagamento total em

dólares pelo volume de café importado. Nossa escolha recaiu sobre essa série por várias razões:

- a) ela reflete o comportamento dos preços de todos os cafés (nossos e de nossos concorrentes);
- b) essa média tem um sentido mais preciso do que as médias anuais de preço, que em geral são calculadas como a média das cotações de um determinado dia da semana;
- c) a importância dos vários tipos de café se alterou durante o período de observação (o Rio 7 era o mais importante no mercado de Nova Iorque e hoje não é mais o principal café brasileiro cotado naquele mercado; o Santos 4 não existia e hoje é o mais importante), de maneira que seria difícil encadear as cotações do disponível.

Uma das objeções que podem ser levantadas contra essa série é a de que ela não representa, em cada ano, os preços rigorosamente vigentes dentro dele. De fato, como entre a operação comercial de compra e venda e a chegada da mercadoria ao destino medeia um período de mais ou menos dois meses, as mercadorias recebidas no mês t estão faturadas aos preços do mês $t-2$. Até 1918, a série mais fidedigna de que se dispõe (dados da própria alfândega americana) era calculada com base no ano fiscal norte-americano (1º de julho a 30 de junho), o qual coincide exatamente com o ano comercial do café. Esses dados refletem, entretanto, as cotações vigentes no disponível entre mais ou menos 1º de maio do ano $t-1$ e 30 de abril do ano t . Essa média praticamente coincide com a dos preços vigentes em $t-1$, justamente porque no segundo semestre (o de safra), é que se verificam as modificações mais importantes no mercado. Dessa forma, utilizamos os dados de alfândega do ano fiscal t para representar a média dos preços de importação do café no ano $t-1$.

A partir de 1918 os dados se referem ao ano civil e rigorosamente, portanto, as médias se referem às cotações no disponível entre 31 de outubro do ano $t-1$ e 1º de novembro do ano t . Quando se trata, entretanto, de analisar os preços dentro de determinados períodos, apelaremos para as cotações do disponível em Nova Iorque.

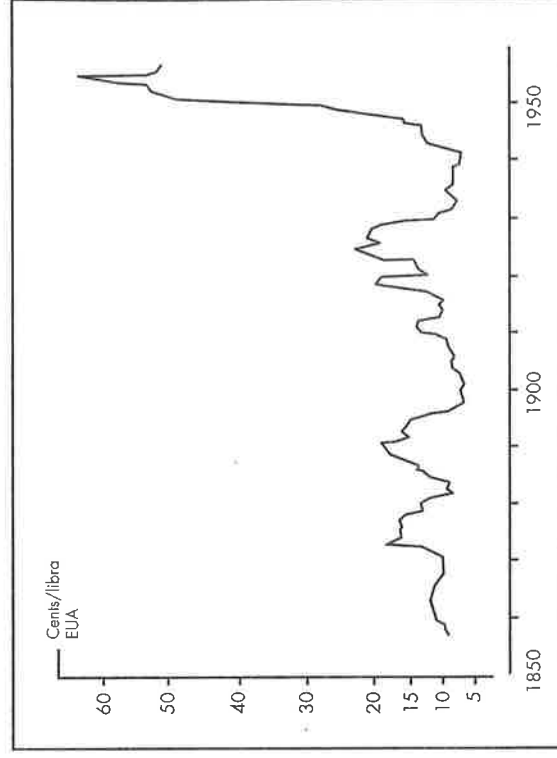
Nossa análise começa no ano de 1857. A escolha é evidentemente arbitrária e justifica-se pelo nosso desejo de examinar um século dos preços do café, em cuja primeira metade o mercado foi inteiramente livre e em cuja segunda metade registraram-se intervenções de toda sorte. Há ainda outro motivo. Uma análise das cotações CIF Nova Iorque a partir de 1825, realizada com os dados recolhidos por Thurber (1881), convenceu-nos de que 1857

marca o início do período de ascensão de um ciclo do mercado cafeeiro (os preços se encontravam no mesmo nível, mais ou menos, desde 1851). O gráfico 1 mostra o comportamento dos preços do café neste último século, de acordo com os dados da tabela que anexamos no fim deste trabalho.

A análise do mercado cafeeiro num período anterior à intervenção governamental (iniciada em 1906), e que procederemos a seguir, objetiva, principalmente, tentar distinguir um comportamento cíclico que se espera que exista. Aqui, como em todo este trabalho (a não ser quando especificamente observarmos), a expressão "comportamento cíclico" deve ser entendida como um comportamento oscilatório do preço (a principal variável que nos interessa), cujo período não é constante. Não se trata, portanto, da pesquisa de ciclos dentro da concepção mecânica, mas de movimentos oscilatórios de período e amplitude variáveis.

Antes do início da análise, dois trabalhos preliminares se impõem. Inicialmente, é preciso verificar-se se a série não contém uma tendência secular, pois, em caso positivo, o movimento oscilatório apresentar-se-ia combinado e, uma medida maior ou menor, escondido por ela. Confirmada a existência

GRÁFICO 1
PREÇO DA IMPORTAÇÃO



de uma tendência secular, colocam-se dois problemas: a) a sua explicação, e b) a sua eliminação. Obtida, por qualquer dos princípios clássicos utilizados, a série estacionária correspondente, seria preciso testar a independência dos desvios para julgar se os possíveis ciclos obtidos não poderiam ser explicados pelo comportamento de uma variável aleatória. Esse cuidado é muito importante, pois a simples análise gráfica do problema pode levar o pesquisador a procurar complicadas explicações para ciclos "aparentes", os quais, com uma probabilidade suficientemente elevada, poderiam ter sido gerados por uma variável aleatória.

Para a solução desses problemas, lançaremos mão de dois testes não paramétricos clássicos. Vamos utilizar os dados de preço de 1856/57 a 1904/05 (49 observações) em que o mercado cafeeiro e o mercado cambial permaneceram inteiramente livres no Brasil, para analisar o comportamento dos preços do produto num mercado livre.

Para verificar se a série possui tendência secular, vamos aplicar o teste sugerido por Mann (1945), o qual se resume numa aplicação especial da correlação de ordens (*rank correlation*), desenvolvida no livro de Kendall (1948). Como a nossa amostra é bastante grande e a convergência para a normalidade é muito rápida, não vamos utilizar o coeficiente de correlação, mas sim a soma total S que se obtém associando-se a cada ordem o total de ordens que lhe são superiores. Sabe-se que S se distribui, normalmente, com média O e variância $N(N-1)(N+5)/18$. Para fazer-se o teste, aplicamos a correção de continuidade, somando 1 a S .

Associando a cada preço a sua ordem e aplicando a fórmula $S = 2P - (1/2)(N)(N-1)$, onde P é a soma total das ordens associadas a cada um dos preços, encontramos $S = -119$. Como vimos, $E(S) = 0$ e, aplicando a fórmula da variância, encontramos $V(S) = 13.459$. Encontramos, portanto, $\xi = -1,0$. Disso decorre que não existe razão para se rejeitar a hipótese de que S se distribui normalmente, de onde se segue que não existe razão para se pensar que a série possui qualquer tendência secular.

Para verificar a existência de oscilações na série, vamos utilizar o teste de Wallis e Moore (1941), que consiste na fixação da probabilidade de determinadas séries de sinais nas primeiras diferenças das variáveis. Pode-se demonstrar que a média de séries completas de sinais positivos ou negativos de tamanho m , numa série de N observações independentes de uma variável aleatória, é dada por

$$2(m^2 + 3m + 1)(N - m - 2)/(m + 3)!$$

Com essa fórmula, pode-se calcular o valor esperado de séries de apenas um sinal, de séries de dois sinais iguais, de três etc. Chamando de m_1 o valor esperado de séries de um sinal, m_2 o das séries de dois sinais e m o da séries de três ou mais sinais, Wallis e Moore demonstraram que

$$X^2 = \frac{(M_1 - m_1)^2}{m_1} + \frac{(M_2 - m_2)^2}{m_2} + \frac{(M - m)^2}{m}$$

onde M_1 é o número de séries observadas de um sinal, M_2 o número de séries observadas de dois sinais e M o número de séries observadas de três ou mais sinais, distribui-se aproximadamente segundo $6/7 (X^2)$ com dois graus de liberdade se a soma for menor do que 6,3 e segundo um X^2 com 2,5 graus de liberdade se ela for maior.

A análise da série deu os seguintes resultados:

Número de sinais por série	M	m
1	14	20,00
2	3	8,62
3 ou mais	8	3,05

Calculando-se a soma associada a esses dados, encontramos $X^2 = 13,45$. Como a probabilidade de se obter um X^2 com 2,5 graus de liberdade maior do que 10,3 é menor do que 1% quando não há associação entre as várias observações, concluímos que essa hipótese deve ser rejeitada. Com base nas observações, portanto, há razão para se acreditar na existência de um comportamento oscilatório das séries dos preços do café no período 1856/57 a 1904/05.

Chegamos, portanto, à conclusão de que durante o meio século em que o mercado cafeeiro permaneceu livre os seus preços apresentaram as seguintes características:

1. *Flutuaram sem apresentar qualquer tendência secular*: É importante observar-se que o mesmo aconteceu com o nível geral dos preços mundiais, se o medirmos pelo índice de preços de atacado na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Como veremos a seguir, a flutuação dos preços mundiais explica boa parte do movimento dos preços do café. Este apresenta, entre tanto, também movimentos próprios, que explicam a diferença de seu comportamento dentro de cada um dos movimentos de conjuntura, em escala mundial, que se pode distinguir no período. Seria errôneo pensar-se que para investigar o comportamento dos preços do café, deveríamos encontrar

um deflator adequado, pois o nosso objetivo não é propriamente o de medir o preço do café com relação aos demais produtos (o que daria uma estimativa das relações de troca do Brasil), mas sim o de estudar-se como oferta, procura e preço se conjugam. É evidente que, se o nível geral de preços se eleva por um processo inflacionário, isso normalmente significa que a curva de procura do café está se deslocando para cima, porque o aumento das disponibilidades monetárias deve ampliar a procura de café a cada nível de preço; reciprocamente, se o nível geral de preços está baixando devido a uma diminuição da procura global e a um aumento da taxa de desemprego, o deslocamento para baixo da curva de procura deve provocar uma redução dos preços do café. Entretanto, o que essencialmente objetivamos é mostrar como esses deslocamentos atuam sobre o preço do produto.

Por outro lado, o deflator introduziria seus próprios movimentos na série corrigida, devido à pequena importância do café dentro do índice agregativo, o que poderia gerar movimentos oscilatórios "fantasmas". Essas observações têm somente importância metodológica, pois as flutuações dos possíveis índices gerais de preço foram relativamente pouco importantes quando comparadas com as dos preços do café dentro do período de meio século que vamos analisar. O índice de preços no atacado nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, permaneceu dentro de limites fixados por mais ou menos 20% da média, no período que vai do fim da Guerra de Secessão até a I Guerra Mundial.

2. *As flutuações apresentadas dão clara indicação de que existe um movimento oscilatório.* A existência desse movimento oscilatório é aceita com base na rejeição da hipótese nula de que os preços se comportavam como uma variável aleatória. Deste fato decorre a existência de uma correlação entre as várias observações e a possibilidade de existência de um esquema autorregressivo do tipo

$$\sum_{i=1}^k a_i p_{t-i} = e_t,$$

onde os a_i são coeficientes e p_{t-i} é o preço no tempo $(t-i)$. O resíduo e deve ser considerado como uma variável aleatória.

É fácil compreender-se por que o mercado cafeeiro deve, em condições normais, apresentar um comportamento oscilatório. Como se sabe, o cafeeiro é uma planta perene que apenas produz completamente no seu 4º ou 5º ano de vida e, depois disso, continua produzindo economicamente durante um número bem variável de anos, que vai de 15 ou 20 nas áreas

menos férteis (e dentro de determinado nível tecnológico), até 50 ou 60 anos, em áreas excepcionais. Posteriormente desenvolveremos um modelo completo da oferta de café. Para compreendermos a existência dos ciclos entretanto, basta considerarmos o caso mais simples, em que o café produzisse somente uma vez, depois de 4 anos. Nessas circunstâncias, a oferta de café no ano t dependeria não do preço do café no ano t , mas do seu preço no ano $t-4$ (quando a plantação foi realizada). Por uma questão de simplicidade, podemos colocar $s_t = a + bp_{t-4}$, onde s_t significa a oferta de café no ano t e a e b são parâmetros. A procura de café, entretanto, depende, no caso mais simples, somente do preço do ano t e podemos indicá-la por $d_t = C + pd_t$, onde d_t é a procura no ano t e c e d são parâmetros. Num mercado inteiramente livre, o preço seria formado de maneira a igualar oferta e procura, de onde decorre a equação de equilíbrio $s_t = d_t$. Temos, então, que

$$p_t + mp_{t-4} = k,$$

onde m é um número positivo igual a (b/d) , uma vez que d será negativo por hipótese e k será igual a $(a-c)/d$. Estamos diante de uma equação de diferenças de coeficientes constantes, de quarta ordem, não homogênea cuja solução é

$$p_t = A_1 (z_1)^t + A_2 (z_2)^t + A_3 (z_3)^t + A_4 (z_4)^t + K/(1 + m),$$

onde z_i são as raízes da equação $x^4 + m = 0$. Como m é um número positivo as raízes serão complexas e p_t descreve um caminho cíclico. É importante notar-se que o período da solução independe de m , mas que é a magnitude desse coeficiente que determina se p_t continuará a oscilar com a mesma amplitude, se convergirá para $k/(1 + m)$ ou, então, se explodirá. O modelo que estamos apresentando é uma simples generalização do conhecido teorema da Teia de Aranha (Allen, 1957) e, se $m = 1$, teremos uma oscilação com a mesma amplitude; se $m < 1$, os preços tenderão para o ponto de equilíbrio $c/(1 + m)$; e se $m > 1$ a solução explodirá. Como é óbvio, a solução da equação anterior descreve um ciclo de período igual a oito anos.

Esse modelo, que é o caso mais simples que se pode imaginar no mercado cafeeiro, indica claramente que os preços deverão ser altamente correlacionados, porque a oferta e procura do produto são inter-relacionadas. Nos casos mais complicados, não será possível obter-se uma solução com período constante, mas a subsistência da correlação mostra que ainda assim deveremos ter um comportamento oscilatório, hipótese reforçada pelo teste das observações, que acabamos de realizar.

A análise preliminar da série dos preços de café no século XIX revela que o comportamento do mercado cafeeiro se alterou a partir de 1900. Na segunda metade daquele século, nota-se claramente a existência de alguns ciclos, os quais procuraremos explicar adiante, com fase ascendente de seis ou sete anos e fases descendentes maiores. A partir do começo do século XX, entretanto, esse comportamento cíclico está mais escondido. É importante notar que foi justamente na segunda metade do século XIX que a exportação nacional mostrou maior dinamismo, tendo passado de 2,5 milhões de sacas entre 1857 e 1860 para quase 9,5 milhões entre 1897 e 1900 e a mais ou menos 13 milhões em 1901-04.

Os três ciclos notados antes de 1900 podem ser explicados, como veremos adiante, pela interação das forças de oferta e procura do produto.

PRIMEIRO CICLO: 1857-68

A ascensão do preço a partir de 1857 (que foi um ano de crise generalizada) deve-se, de um lado, à recuperação da economia europeia e, de outro, à infestação das culturas cafeeiras do Brasil pela *elachista coffeela*. Pensou-se, na ocasião, que ela liquidaria os cafezais brasileiros, como já o havia feito nas Antilhas, o que felizmente não aconteceu, como aliás previra o botânico Francisco Freire Alemão. Outro fator importante que contribuiu para a elevação do preço foi a lei Euzébio de Queiroz, de 1850, a qual, do ponto de vista prático, extinguiu o comércio de escravos e limitou, portanto, as possibilidades de ampliação da oferta de mão de obra dentro do mercado nacional, que já era o principal fornecedor do produto. Essa limitação da mão de obra atingiu duramente as lavouras do Rio de Janeiro (o então grande exportador), que se apoiavam no trabalho escravo.

Durante o período, o aumento dos preços do café provocou uma melhoria ponderável da nossa receita de divisas. Com a estabilização da nossa taxa cambial (dinheiros por mil réis), como se vê no quadro 1, a melhoria dos preços internacionais do café refletiu-se em seus preços internos, que passaram de mais ou menos 18 mil réis a saca, na exportação, em 1857, para 27 mil réis, em 1863.

As plantações sofreram grandes estímulos, o que provocou uma grande mobilidade interna da mão de obra. Como o cafeeiro leva de quatro a cinco anos para se tornar adulto, esse estímulo dos preços somente se refletiria na produção mais tarde. Em São Paulo, que principiava a expandir sua

QUADRO 1

Anos	Mois baixa	Mois alta
1857	27	28
1858	24	27
1859	23 1/4	27
1860	24 1/2	27 1/2
1861	24 1/4	26 3/4
1862	24 3/4	27 3/4
1863	26 3/4	27 1/8

Fonte: Viana, Victor, 1926, p. 974.

cafeicultura, os recursos foram retirados da cana-de-açúcar e destinados à expansão da cultura do café e do algodão (cuja procura havia aumentado enormemente por parte dos mercados europeus em virtude da Guerra de Secessão). A mão de obra escrava utilizada nos canaviais do Norte foi também fortemente atraída para o Sul devido à melhoria da rentabilidade dos cafezais. A escassez de mão de obra, criada, de um lado, pela expansão das culturas e, de outro, pela sustação do tráfico, elevou de maneira violenta o preço dos escravos e nem todos os esforços dos governos das províncias, criando elevados impostos sobre a movimentação da mão de obra cativa, foi suficiente para impedi-la.

No início da Guerra do Paraguai (1864), os preços do café no mercado internacional já se encontravam caindo, não só devido à redução da procura norte-americana, como também em virtude da expansão brasileira e ao crescimento da produção na América Central, que passara de 400 mil sacas para quase 800 mil sacas por ano, da Ásia, que passara de 1,8 milhão para 2,2 milhões de sacas e da África, que passara de 25 mil para 35 mil sacas anuais.

A importância do mercado norte-americano já era muito grande nessa época e as restrições causadas pela guerra prejudicaram as exportações, como se vê no quadro 2.

A guerra norte-americana produziu vários efeitos. Os portos do Sul foram bloqueados e as importações de Nova Iorque aumentaram de maneira considerável, principalmente no ano de início da guerra, pelo amplo movimento comercial gerado pela introdução de uma taxa de importação de 5 cents por libra (inicialmente de 4 cents e depois acrescida de mais 1 cent), para auxílio das finanças de guerra. Os preços internos do café se elevaram, o que motivou uma ampla utilização de sucedâneos.

QUADRO 2
EXPORTAÇÃO (EM 1.000.000 DE SACAS)

Anos	Europa	Estados Unidos
1857	1,5	1,1
1858	0,8	1,4
1859	1,1	1,4
1860	1,4	1,4
1861	1,6	0,9
1862	1,3	0,5
1863	1,2	0,5
1864	1,1	0,7
1865	2,3	0,9
1866	1,3	1,0
1867	1,7	1,5
1868	1,4	1,4
1869	1,6	1,5

Fonte: Remanspecto comercial, 1874.

É certo, por outro lado, que, na fase ascendente do ciclo, os preços somente não cresceram mais devido ao bloqueio de Nova Orleans e à crise mundial que teve início em 1866. A partir de 1865 começou a prosperar-se uma revolução tecnológica da mais alta importância para a generalização do consumo do café. Até então, o café era vendido verde, e posteriormente era torrado em casa pelos próprios consumidores, forma esta de comercialização que começou a ser substituída pela venda de café torrado em pacotes.

A importância dessa modificação merceológica é hoje dificilmente compreendida, mas a sua análise poderá nos auxiliar a compreender o que poderá vir a acontecer com o solúvel, tão logo seja possível resolver-se os seus dois grandes problemas: aroma e paladar. O café torrado pelo próprio consumidor ficava na dependência de sua habilidade e a sua qualidade era muito mais variável. Quando esse serviço passou a ser executado por grandes torradores, nasceu não só a especialização, como também generalizou-se a "prova de xicara". O consumo de café era trabalhoso, pois o café torrado perde logo seu aroma e sabor, de maneira que a operação devia ser realizada em pequenas quantidades e com frequência e não sem perdas consideráveis. O fornecimento de café já preparado, em pequenos pacotes, resolvia completamente o problema.

Como subproduto dessa revolução merceológica, tornou-se possível padronizar certas misturas, que produziam bebidas com paladar específico, e diferenciar o café por marcas facilmente distinguíveis por parte do consumidor.

No início, o melhor aproveitamento do produto poderia indicar uma diminuição do consumo total de café, mas a facilidade de uso e a comodidade introduzida pelo café em pacotes superaram largamente aquela diminuição e o consumo total de café cresceu. Esse fato, provavelmente, se repetirá à medida que o café solúvel puder ir melhorando de qualidade mesmo que o seu maior rendimento possa representar, a curto prazo, uma diminuição do consumo total de café, é possível que a prazo mais longo a facilidades que ele proporciona acabem elevando o consumo total.

Da mesma maneira que o café em pacotes trouxe consigo uma modificação das relações de comercialização entre os produtores e os consumidores, pela exigência de padronização da qualidade, devemos esperar modificações nessas relações à medida que se amplia o consumo do café solúvel.

Quando, a partir de 1863, os preços do café começaram a cair, a ampliação do volume exportado permitiu a manutenção do mesmo nível de receita de divisas obtidas com o produto. O fato singular desse período é que entre o começo e o fim da Guerra do Paraguai o volume da moeda em circulação no Brasil praticamente triplicou, sem pressão como seria de se esperar, a taxa cambial. Foi somente a partir de 1867, até 1870 que o câmbio reagiu desfavoravelmente, tendo flutuado entre 14 e 20 dinheiros por mil réis, em 1868, o que melhorou a remuneração do café em moeda nacional. Essa flutuação se explica pela redução da receita de divisas provenientes das outras exportações que não o café particularmente o algodão. Durante esse período, entretanto, deve ter havido um aumento ponderável dos preços internos, o que elevou também o custo de produção do café. Sobre esse custo já pesava, aliás, a escassez considerável da mão de obra escrava, de forma que é de se duvidar que a elevação dos preços internos tenha sido acompanhada por uma elevação proporcional do lucro líquido obtido com o produto. De qualquer maneira, o estímulo proveniente da alta de preços internacionais entre 1858 e 1863, elevando os preços internos em 50% (enquanto os preços internacionais se elevavam em mais de 60%), provocou uma expansão ponderável da produção brasileira. Nossas exportações passaram da média de 2,5 milhões de sacas em 1857-60 a nada menos do que 3,4 milhões no período 1866-69, registrando um aumento superior a 30%. Para absorver

esses aumentos de produção, o mercado exigiu que os preços voltassem aos níveis vigorantes em 1857-58.

A expansão da cultura do café no vale do Paraíba permitiu, assim, que o Brasil fizesse a Guerra do Paraguai com pequenas flutuações na sua taxa cambial. Nos seis anos de guerra, o câmbio mínimo flutuou entre 14 e 22 dinheiros por mil réis e o máximo entre 20 e 27 1/4.

Em 1866, havia se iniciado na Europa — particularmente na Inglaterra e na França — uma crise econômica, a qual se manifestou na redução das construções de estradas de ferro, na diminuição do consumo de algodão etc., e que reduziu o nível de rendimento dos consumidores. A queda dos preços, necessária para ampliar o consumo nesse período, deve refletir, portanto, na Europa, também uma compensação do efeito-renda.

É muito provável, entretanto, que a relativa estabilidade (a taxa apresentou vários movimentos especulativos, em resposta ao fracasso ou ao bom êxito de determinadas operações militares que teriam podido decidir o destino da guerra) da nossa taxa cambial no período tenha sido devida a condições particularmente favoráveis. Quando se iniciou a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, a Europa registrava um período de próspera expansão e pudemos substituir uma parte do fornecimento norte-americano de algodão. De fato, o café, que vinha aumentando a sua participação no fornecimento total de divisas para o país e que já chegara a representar quase 60% de nossas exportações no período imediatamente anterior a 1861, viu a sua participação diminuir durante a Guerra de Secessão e mesmo em 1863, quando os seus preços foram os mais elevados do período, ele não chegou a representar 45% do total das exportações. O aumento das nossas outras exportações prolongou-se até o fim dos anos 1870.

Por outro lado, a crise de 1866 teve uma curta duração e a recuperação foi extremamente rápida e sensível depois de 1869. Com o fim da Guerra de Secessão começou a se restabelecer o fornecimento normal aos Estados Unidos, que cresciam muito depressa, o que igualmente se registrava na Alemanha. Coincidindo esse período de rápida expansão com os relativamente baixos preços do café, sustentados por uma oferta crescente, o consumo pôde absorver os 50% de acréscimo da produção brasileira, com uma redução equivalente em seus preços. É evidente que não se pode falar aqui em elasticidade unitária da procura, uma vez que estamos diante de um período de rápida expansão, em que a curva de procura se deslocava para a direita à medida que aumentava o nível de rendimento dos consumidores

do produto. Os movimentos do preço e do consumo do café no período não foram sobre uma curva de procura, mas entre curvas de procura.

Durante o período, o sistema de preços funcionou corretamente, pois os preços internos do café baixaram juntamente com os preços internacionais.

Aparentemente, a baixa dos preços internos era insuficiente para destimular as novas plantações que começavam a se desenvolver no interior paulista, graças às facilidades proporcionadas pela construção das estradas de ferro.

SEGUNDO CICLO: 1869-85

Em 1868, a produção mundial de café, que vinha crescendo rapidamente e sem interrupção desde 1863, sofreu uma redução devido a uma quebra da safra brasileira e da safra da América Central, fato esse que, combinado com a expansão já mencionada do consumo, iniciou um novo ciclo de elevação dos preços no mercado internacional e que iria durar até 1874. A elevação dos preços assumiu proporções violentas a partir de 1870, por ocasião de uma geada que dizimou uma parcela ponderável dos cafezais paulistas.

As exportações do Brasil, que haviam atingido a média de 3,6 milhões de sacas por ano em 1868-71, atingiram 3,3 milhões em 1873-76. Em compensação, os preços internacionais do produto dobraram entre os dois períodos, de maneira que nossa receita de divisas proveniente do café também quase dobrou. Melhorou assim a taxa cambial (que em 1868 havia atingido o seu ponto mínimo), mantendo-se a taxa mínima entre 1871 e 1876 acima de 23 1/2 dinheiros por mil réis e a máxima abaixo de 28 3/4, limite que não mais seria atingido.

Nesse período, a importância do café no total das exportações retomou a sua posição anterior, representando, novamente, mais de 60% do valor exportado pelo país. Devido aos saldos do balanço comercial e à realização de operações financeiras, a taxa cambial melhorou sensivelmente, mas isso não impediu que os preços do café crescessem bastante em moeda nacional. Uma diminuição da produção em 1873 dobrou o preço internacional do produto e a saca de exportação, que havia estado a menos de 20 mil réis em 1870-72, passou a quase 40 mil réis.

A violenta crise mundial de 1873, que baixou consideravelmente os preços na Europa, particularmente o nível de salários, surpreendeu um mercado cafeeiro equilibrado, o que lhe deu melhores condições de resistência

e, portanto, sustentou os preços internos e externos do produto. Devido à redução do nível de rendimento dos países consumidores, a taxa de expansão do consumo até então verificada não poderia ter sido mantida a não ser por meio de grandes baixas nos preços. O fenômeno foi, entretanto, mitigado pela diminuição permanente da cultura cafeeira em Java; e, em plena crise mundial, vimos crescer nossa receita de divisas.

Devido aos compromissos governamentais, principalmente com relação à seca no Nordeste, os déficits se avolumaram. Essas pressões acabaram por fazer baixar a taxa cambial, a despeito do aumento da receita proveniente do café, e assistimos a um fenômeno curioso e de extrema importância para a economia nacional. Como consequência da favorável situação do seu mercado, o preço do café caiu lentamente dentro de um período de crise (à custa, evidentemente, da diminuição da taxa de crescimento do consumo a longo prazo). A diminuição lenta do preço do café manteve relativamente elevada nossa receita de divisas, mas em consequência do aumento da pressão para importar, a taxa cambial começou a declinar e, durante algum tempo, os movimentos de baixa do preço do café no mercado internacional foram compensados, de forma que a remuneração do café, em moeda nacional, diminuiu muito menos rapidamente.

Esse fato explica por que, apesar de o mercado se manter em baixa durante quase 10 anos, a produção de café não deixou de aumentar, atingindo a crise de mão de obra o seu ponto máximo. Paralelamente, a violenta elevação de preços da década de 70 havia estimulado a cafeicultura de outros países latino-americanos, que começaram a substituir a produção javanesa em declínio.

É certo, por outro lado, que foram as más condições climáticas que impediram uma queda maior dos preços, pois o quadro cafeeiro já plantado tinha capacidade para produzir muito mais. É possível verificar isso pelo fato de que, em 1881 e 1882, exportamos 4,4 e 4,2 milhões de sacas, respectivamente, enquanto nossas médias nos períodos anteriores haviam sido: em 1873-76, 2,8 milhões de sacas; em 1877-80, 3,4 milhões. A alta no mercado internacional havia terminado em 1874, e o café, no mercado interno, havia atingido o preço de quase 40 mil réis a saca, na exportação. Os seus preços baixaram, mas, devido à baixa cambial, mantiveram-se ainda, até 1880, acima de 30 mil réis a saca, quando não chegava a 20 mil réis no começo da década de 70; esse fato é que propiciou a expansão das plantações ainda por algum tempo. Como, entretanto, o movimento de baixa perdurou por mais de uma década, com recuperações puramente episódicas, assistimos a

uma modificação da estrutura da produção interna, que passava do Rio de Janeiro para São Paulo, sem elevar o volume total produzido. A cafeicultura transferira-se para São Paulo, onde, devido à maior produtividade, ela ainda era lucrativa. Essa substituição, que já vinha se processando há longo tempo, acelerou-se com a libertação dos escravos, pois uma parte importante da cafeicultura paulista apoiava-se na mão de obra imigrante que havia entrado no país.

A partir da metade da década de 70, a economia europeia, que havia sofrido bastante com a crise de 1873, entrou em fase de recuperação e principalmente as indústrias de bens de produção registraram crescimento importante a partir de 1879.

Essa recuperação, entretanto, se fez com elevações relativamente pouco importantes nos preços.

A depressão verificada sobre os preços do café era a mesma que pesava sobre os preços dos outros produtos, com uma gravidade talvez um pouco maior do que a verificada nos demais setores, com exceção do têxtil.

Não pode deixar de ser considerado, por outro lado, que a baixa dos preços do café, depois da crise, facilitou uma ampliação de nossas exportações e permitiu que obtivéssemos, mesmo durante a fase mais aguda da crise mundial, uma receita de divisas proveniente do café quase duas vezes maior do que aquela que até então vínhamos obtendo. O quadro 3 permite uma visão mais adequada dos fenômenos que se sucederam.

QUADRO 3

Anos	Câmbio médio	Preço médio do café por 10 kg	Exportação em 1.000.000 de sacas
1874	24 23/32	7\$257	2,67
1875	27 7/32	5\$597	3,15
1876	25 11/32	5\$293	3,76
1877	24 9/16	6\$290	2,85
1878	22 15/16	5\$244	3,03
1879	21 3/8	5\$374	3,54
1880	22 3/32	5\$087	3,46
1881	21 20/32	4\$123	4,38
1882	21 5/32	3\$303	4,20

Fonte: *Documentos parlamentares*, 1915, v. 1.

Antes desse período, a nossa receita de divisas com o café era da ordem de 7 milhões de libras esterlinas; nesse período, ela foi da ordem de 12

milhões. A partir de 1873, os aumentos da quantidade exportada simplesmente compensavam a diminuição dos preços do produto, de maneira que não conseguíamos elevar a receita total, fenômeno que já notamos no ciclo anterior.

Para poder-se comparar o comportamento entre os preços internos e externos do produto, fazemos ambos iguais a 100 em 1874 e temos:

QUADRO 4

Anos	Preço externo	Preço interno
1874	100	100
1875	86	77
1876	82	73
1877	83	87
1878	69	72
1879	65	74
1880	68	70
1881	55	57
1882	39	46

Fonte: Retrospecto comercial, 1874.

Verificamos que, com exceção de 1875 e 1876, os movimentos da taxa cambial tenderam a amortecer a queda dos preços do produto em moeda nacional. Naqueles dois anos (ou melhor, nas safras 1874-75 e 1875-76), obtivemos as maiores receitas de divisas provenientes do café até então conseguidas (13,5 milhões de libras em cada uma), o que contribuiu para a firmeza da taxa cambial e, portanto, trabalhou no sentido de que os preços internos caíssem mais do que os preços externos. À medida que o rendimento nacional, em termos monetários, se ajustava à nova situação (duplicação da receita de divisas provenientes do café, que se processou a partir da safra de 1872-73), a pressão da procura fazia a taxa cair.

Em 1882, os preços baixaram ainda mais devido à crise europeia, logo seguida pela crise norte-americana de 1884. Novamente assistimos a um movimento de compensação, que assegurou a conservação da receita de divisas, como se vê no quadro 5.

O período anterior seria o final da crise de preços do mercado cafeeiro do ciclo 1868-85, que foi seguido por uma expansão sem precedentes no mercado do produto. Num período de 18 anos, que revela, nos primeiros 7, uma violenta elevação de preços e, nos 11 seguintes, uma baixa das

QUADRO 5

Safras	Exportação em 1.000.000 de sacas	Receita em £1.000.000
1881-82	4,08	9,55
1882-83	6,69	10,82
1883-84	5,32	11,68
1884-85	6,24	13,14

Fonte: Taunay 1946, p. 548.

mesmas proporções, a produção e o consumo mundiais não cessaram de crescer, passando de 6,6 milhões de sacas em 1868-69 para 11,5 milhões de sacas em 1884-85, o que representa uma taxa de crescimento superior a 3,5% ao ano.

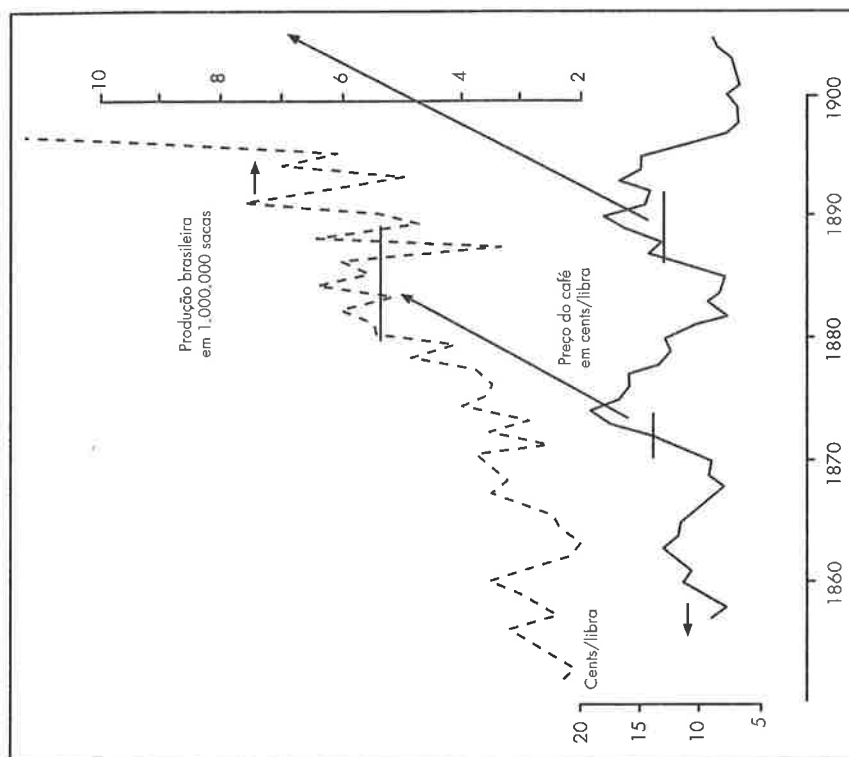
Um exame das estatísticas da produção nacional mostra a maneira impressionante da resposta da cultura de café às elevações dos preços. Durante a fase de expansão desse ciclo, que se prolongou até 1874, as plantações se multiplicaram. Nos quatro anos posteriores ao ponto máximo da alta (1874), nossa produção média foi de menos do que 4 milhões de sacas. Nos quatro anos seguintes (quando os cafezais plantados se tornaram adultos), nossa produção foi de 5,5 milhões de sacas. O gráfico 2 mostra o fenômeno com maior clareza.

TERCEIRO CICLO: 1886-1906

Com a oferta em níveis altos, os preços se mantiveram muito baixos durante quase quatro anos, para reiniciarem, em 1886, uma nova e violenta fase de expansão, que seria o último ciclo completado pelo mercado cafeeiro sem a intervenção governamental.

A safra de 1887-88 apresentou uma quebra de quase 50% sobre a média de produção que havia vigorado nos sete anos anteriores. A de 1885-86 havia sido de 5,6 milhões de sacas, a de 1886-87 foi de 6,2 milhões e a de 1887-88 alcançou apenas 3,3 milhões. A safra seguinte atingiu 6,5 milhões para, em 1889-90, voltar a 4,6 milhões. Essas enormes flutuações da oferta, produzidas pelo ciclo próprio do cafeeiro, são um dos elementos importantes para a explicação das elevações que se processaram entre 1885 e 1890 e que duplicaram o preço internacional do produto.

GRÁFICO 2
PRODUÇÃO E PREÇOS



A crise europeia, iniciada em 1882, e a norte-americana, iniciada em 1884, já se encontravam inteiramente superadas e, a partir de 1886, os mercados mundiais revelavam um crescimento extraordinário, particularmente o norte-americano. Entre 1885 e 1890, o rendimento dos consumidores se elevava com rapidez e, portanto, a sua procura, o que, por seu turno, auxiliou a alta dos preços. O movimento recebeu novo impulso em 1888, com a libertação da mão de obra escrava.

A libertação constituiu a mola mais importante para a transferência da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo, pois aquela se apoiava em muito maior magnitude sobre o braço escravo. Em São Paulo, desde o início da década de 1880, a imigração havia se intensificado, principalmente a partir de 1887. Só em 1888 entraram 92.086 imigrantes (em 1891 esse número chegou a 108.736), quando se estimava que o número de escravos existentes em São Paulo fosse pouco superior a 100 mil. É de se considerar, por outro lado, que o movimento de libertação espontânea já havia conquistado muito terreno em São Paulo, quando veio a lei de 13 de maio de 1888. É esse o principal motivo que explica o fato de, pouco antes da libertação, São Paulo produzir mais ou menos 2/3 do total de café produzido pelo Rio de Janeiro e, seis ou sete anos depois, quase duas vezes mais do que o total produzido por aquele Estado (Veiga Filho, 1896, p. 53).

A libertação trouxe consigo novos problemas de financiamento, que alteraram as relações entre os comissários e os exportadores. Antes de 1888, os recursos financeiros necessários para o custeio da fazenda eram relativamente pequenos, pois a parte mais importante desse custeio — que era o pagamento da mão de obra — praticamente não existia. Isso não significa, evidentemente, que o custo fosse nulo, como até hoje pensam algumas pessoas a respeito do custo africano, mas simplesmente que ele não se representava em dinheiro e não exigia recursos monetários para a sua satisfação.

A libertação, entretanto, significou não somente a perda de braço escravo, mas também a necessidade da realização de enormes investimentos na construção de casas para os novos colonos, habituados a um padrão de vida mais elevado que o do negro, como também uma grande necessidade de capital de movimento para pagamento dos salários. É certo que, na medida em que o fazendeiro conseguia estabelecer uma "conta-corrente" com seus colonos, o dinheiro funcionava simplesmente como unidade de conta e só era necessário para a liquidação dos saldos. Isso não invalida, entretanto, a afirmação de que o capital de movimento agora exigido era muito maior.

O principal banqueiro do cafeeiro era o comissário. Os recursos dessa classe de comerciantes, apesar de serem muito ponderáveis, foram insuficientes para sustentar, sem aperturas, as novas necessidades monetárias da economia. Essa circunstância transformou também o comissário numa classe dependente de financiamentos e quebrou-lhe o poder de resistência diante dos exportadores. O comissário que, dispondo de capi-

tal, podia estocar o produto e realizar uma certa regularização da oferta, viu-se diante da necessidade de colocar imediatamente o produto que lhe chegava às mãos a fim de poder cumprir os seus próprios compromissos. Essa inversão de papéis deu ao exportador — geralmente agente de grandes empresas estrangeiras — a capacidade de comprimir ainda mais os preços do produto. É inútil insistir-se sobre o fato de que o aumento do poder de barganha do exportador só poderia adquirir importância quando a oferta de café crescesse mais rapidamente do que o consumo, o que se verificaria anos depois.

No momento, a elevação dos preços do café compensava as pequenas colheitas e a receita de divisas, recebida pela venda do produto, cresceu de maneira considerável. Graças a isso e a operações financeiras levadas a efeito pelo governo imperial, o câmbio começou a melhorar a partir de 1887 para atingir, no ano da proclamação da República, uma média que não se registrava desde 1873: 26 7/16 dinheiros por mil réis.

Esse mecanismo corrigia, em parte, os estímulos para novas plantações e provenientes das elevações dos preços internacionais, como se vê no quadro seguinte, onde tomamos por base o ano de 1885, que representa o fundo da crise anterior:

QUADRO 6

Anos	Preço externo	Preço interno
1885	100	100
1886	141	111
1887	184	176
1888	171	120
1889	210	124
1890	237	149

Fonte: Retrospecto comercial, 1874.

A média de nossa produção entre 1886 e 1890 foi da ordem de 5,2 milhões de sacas. O estímulo proveniente dessa alta deveria manifestar-se nas produções de 1894 em diante. A média de nossa produção em 1894/97 foi da ordem de 7,4 milhões de sacas (tomamos um período pequeno, para evitar os efeitos da violenta elevação da remuneração do café em moeda nacional a partir de 1891).

Desde 1880, época em que se tornaram adultos praticamente todos os cafezais plantados sob o estímulo da alta de preços de 1868 a 1874,

até 1890, nossa produção permaneceu mais ou menos no mesmo nível, como se vê no gráfico 2, registrando-se violentas flutuações anuais, em consequência do ciclo próprio do cafeeiro. Durante quase todo aquele período, o preço do café em moeda nacional permaneceu em torno de 4\$000 ou 5\$000 por 10 quilos.

É muito difícil medir-se a reação da oferta aos estímulos de preços. Se atentarmos, entretanto, para a tabela anterior, verificamos que o aumento substancial da remuneração em moeda nacional se verificou em 1887, onde uma pequena exportação (devido a uma grande redução da colheita) não foi suficientemente compensada pela elevação dos preços externos e a receita total de divisas proveniente do produto caiu. O câmbio reagiu desfavoravelmente e os preços em moeda nacional subiram mais (quase 60%) do que os preços internacionais (cerca de 30%). Os cafés plantados nesse ano (e, evidentemente, os plantados em 1886, quando o aumento de preço foi de apenas 11%) tornaram-se adultos em 1891. Nas safras de 1891-92 e 1892-93, a média de nossa produção foi de 7 milhões de sacas, contra menos de 5 milhões nas quatro safras precedentes. Os cafeeiros plantados sob o estímulo dos preços de 1887 tiveram a sua produção aumentada à medida que se tornaram completamente adultos, mas esse aumento de produção é impossível de ser medido por estar confundido com as produções dos cafeeiros plantados posteriormente.

Podemos, entretanto, ter uma ideia aproximada da elasticidade da oferta de café a longo prazo (mais de quatro anos), pois os aumentos de produção devidos à completa maturação do cafeeiro não são muito substanciais. Um aumento de 76% nos preços em moeda nacional produziu um aumento de 40% na produção, o que dá uma elasticidade média, de longa duração, para o período, da ordem de 1/2.

Quando os aumentos de produção chegaram ao mercado (1890), já não encontraram o mesmo ambiente de euforia da procura, pois a economia europeia sofria novo movimento depressivo. Como, entretanto, a economia norte-americana, protegida pelas barreiras da tarifa MacKinley, manteve-se ainda em prosperidade até 1893, os preços sustentaram-se em nível relativamente elevado, apesar do aumento maciço da oferta em 1891-92.

O câmbio, que depois da proclamação da República manteve-se, ainda em 1889, a uma taxa média de 26 7/16 dinheiros por mil réis (o café rendia nesse ano um acréscimo de divisas de 80% sobre o ano anterior, graças a um aumento concomitante da exportação e dos preços), baixou, em 1890, a 22 9/16 (apesar de a receita proveniente do café permanecer estável)

Vimos, nos dois ciclos que analisamos (1858-68 e 1869-85), que, durante a fase ascendente, os preços do café elevavam a receita de divisas do país mas que, na fase descendente, as ampliações das exportações eram suficientes para sustentar a mesma receita de divisas, fenômeno que, de um lado, não gerava grandes flutuações na taxa cambial e, de outro, garantia um paralelismo mais ou menos estreito entre as tendências das cotações no mercado externo e no mercado interno. A inexistência desse movimento pôde levar a uma depreciação da taxa cambial, capaz de compensar, por algum tempo, a redução dos preços externos e prolongar, consequentemente, o período de desajustamento.

Na fase com que nos preocupamos, o movimento antagônico entre o preço externo do café e a taxa cambial assumiu um aspecto dramático e criou uma situação extremamente difícil para o país. Enquanto os estoques mundiais se mantiveram abaixo do normal, devido às pequenas safras brasileiras como se vê no quadro abaixo, os preços internacionais se sustentaram.

QUADRO 7

Safras	Produção do Brasil em 1.000.000 de sacas exportáveis	Estoque mundial em 1.000.000 de sacas	Preço médio de importação nos Estados Unidos em cents por libra-peso
1886-87	6,03	3,99	10,7
1887-88	3,14	4,13	14,0
1888-89	7,02	2,33	13,0
1889-90	4,44	3,58	16,0
1890-91	5,58	2,38	19,0*
1891-92	7,60	1,91	20,0*
1892-93	6,34	2,96	14,0
1893-94	4,84	3,10	16,4
1894-95	7,04	2,15	14,7
1895-96	5,79	3,12	14,6

Fonte: Hopf, H., 1954.
* Estimados pelo autor.

Quando se apresentou a primeira grande colheita brasileira, que já refletia a produção dos novos pés de café plantados sob o estímulo dos preços altos (safra de 1896-97), os preços caíram à metade. Uma queda tão violenta se explica, não tanto pelo aumento da oferta (o estoque visível em 1º de 1895 era de 3,12 milhões de sacas, em 1896 era de 2,59 e em 1897

para, em 1891, cair espetacularmente para 14 29/32, nível não registrado desde 1868, durante a Guerra do Paraguai.

As causas dessa precipitação cambial foram múltiplas, mas convém destacar algumas.

Em primeiro lugar, a desorganização do sistema bancário, que se seguiu à instalação da República, e os déficits orçamentários provocaram uma inflação sem precedentes, em tão curto prazo, que ficou conhecida como o "encilhamento".

Em segundo lugar, com a libertação dos escravos e a posterior elevação dos preços do café, a agricultura de subsistência foi literalmente abandonada, pois os fazendeiros dedicavam os recursos disponíveis à produção de café, que era a cultura que lhes proporcionava maior lucro. Dessa maneira, o volume das importações de aumentos cresceu de maneira sensível. Se isso não bastasse, a chamada "revolta da esquadra", em 1893, desorganizou o comércio de cabotagem e São Paulo teve que recorrer ao exterior para a importação de cereais.

Nem mesmo os altos preços do café, que haviam melhorado consideravelmente a receita de divisas proveniente desse produto (situada agora em torno de 20 milhões de libras esterlinas, quando antes da República era de mais ou menos 14 milhões), poderiam sustentar a taxa cambial, pois a pressão da procura cresceu enormemente.

Esse período registra o que constitui as origens de todo o problema cafeeiro vivido no último meio século XIX.

Entre 1890 e 1894, os preços do café haviam se mantido, a despeito do aumento da oferta; mas, com a instalação da crise na economia norte-americana e aumentos ainda mais substanciais da produção pelo amadurecimento dos cafeeiros plantados sob o estímulo da alta, eles começaram a cair.

Os aumentos de produção e a retração do nível de rendimentos dos consumidores exigiram uma redução substancial de preços. Pela primeira vez, de maneira persistente, assiste o Brasil a um espetáculo ainda desconhecido: as exportações não conseguem se ampliar suficientemente (a curto prazo), para compensar a baixa dos preços. A partir de 1897, nossas exportações passam de uma média de 6 milhões de sacas para 9,5 milhões, mas a receita de divisas proveniente do café baixa de 20 para 15 milhões de libras esterlinas. A explicação desse fato provavelmente se encontra na circunstância de que a própria desvalorização cambial acen-tuada criava condições que possibilitavam a queda do preço do produto no mercado internacional.

era de 3,98 milhões de sacas), como pela folga que havia sido deixada pela depreciação do câmbio em condições de grande equilíbrio estatístico.

Notamos que, enquanto a oferta de cada ano deixava estoques mundiais relativamente pequenos e que cobriam as necessidades de comercialização, os preços internacionais do café não desceram, apesar da depreciação da taxa cambial.

Em 1887-88, com a queda da produção exportável pelo porto do Rio de Janeiro, elevaram-se os preços internacionais do café e a nossa taxa cambial, o que impediu a elevação dos preços em moeda nacional. As boas exportações de 1889 e 1890, realizadas a preços altos, aumentaram de maneira considerável nossa receita de divisas, o que elevou ainda mais a taxa cambial, que chegou, em 1889, à média de 26 7/16 dinheiros por mil réis.

Como o câmbio, devido principalmente à inflação, caía mais depressa do que os preços externos do café, o sistema de preços não poderia regular a produção e era claro, portanto, que mais cedo ou mais tarde deveria se desenvolver algum mecanismo compensador.

Para se compreender o fenômeno, lembramos que, desde 1890, os preços do café já manifestavam tendência para a baixa, tendência que não se concretizou a não ser a partir de 1894, com a crise norte-americana. A tabela a seguir dá o comportamento da taxa cambial, do preço interno e do preço externo do produto:

QUADRO 8

Anos	Taxa cambial	Preço externo	Preço interno
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	113	120
1891	14 29/32	90	171
1892	12 1/32	87	201
1893	11 19/32	103	276
1894	10 3/32	92	290
1895	9 15/16	91	262
1896	9 1/16	69	252
1897	7 23/32	47	180
1898	7 3/16	41	163
1899	7 7/16	42	156
1900	9 16/32	46	171

O quadro anterior revela a gênese do problema caféiro nacional. A coincidência de uma queda mais rápida do câmbio do que dos preços

do café criou condições para a expansão da cultura cafeeira quando o mercado já não podia absorver a quantidade produzida a não ser a níveis ínfimos de preços.

Vimos que a resposta da oferta aos estímulos dos preços foi enorme na década anterior. No começo do século ela foi ainda maior. A construção das estradas de ferro Paulista, Sorocabana, Ituana, Mogiana e Rio Clarense havia transformado em recursos efetivamente utilizáveis uma quantidade enorme de terras férteis, apropriadas para a plantação do cafeeiro, e a corrente imigratória havia se acentuado enormemente, melhorando as disponibilidades de mão de obra.

A conjugação dos preços altos com essas disponibilidades de fatores de produção exerceu um impulso poderoso sobre a nossa produção, que passou de pouco mais de 6 milhões de sacas entre 1892 e 1896 para nada menos de 9,3 milhões na safra de 1896-97, ou seja, quatro anos depois, e para 11,2 milhões em 1897-98. Se tomarmos a média da produção entre as safras de 1900-01 e 1903-04, quando todo o cafezal se tornou adulto, encontraremos 12,7 milhões de sacas. A elevação dos preços havia, portanto, dobrado a produção brasileira em menos de 10 anos.

A situação causada pelo desenvolvimento descompassado da taxa cambial e dos preços externos do café se apresentava séria, não só do ponto de vista de cada agricultor, mas também de todo o país. Isso porque os grandes lucros proporcionados pela cafeicultura haviam desviado todos os recursos da classe agrícola para a produção de café, o que conduzia ao abandono da agricultura de subsistência. As importações de cereais e de outros gêneros de consumo haviam aumentado enormemente e pressionavam ainda mais a taxa cambial. Essa concentração de fatores de produção na cafeicultura tornara o setor agrícola da economia brasileira extremamente sensível às flutuações dos preços do café, e a baixa desses preços não podia ser compensada, a curto prazo, por maiores vendas de arroz, feijão, milho, porcos etc.

O formidável aumento da produção paulista de café havia sido possível, em parte, à custa de uma redução da agricultura de subsistência. É certo que nos primeiros anos das plantações de café se cultivavam alguns produtos dentro do próprio cafezal, mas esse cultivo era subsidiário, usado para alimentar os próprios produtores e, eventualmente, para fazer face a pequenas despesas. É preciso considerar-se que, com a abolição, também viera o auxílio financeiro governamental através do Banco do Brasil, que realizou empréstimos diretos à lavoura, empréstimos estes que os bancos particu-

res não estavam dispostos a realizar. "Havia dinheiro e fácil", diz-nos Victor Vianna (1926, p. 526). Esse dinheiro foi alimentar a cultura cafeeira.

A queda dos preços do café colocava agora os agricultores em situação quase desesperadora e também o próprio governo, pois a redução dos preços tornava insustentáveis os fazendeiros e a pressão do setor importador sobre o mercado de câmbio tendia a depreciar ainda mais a taxa cambial.

No começo do século, aquele movimento compensador da receita de divisas, ao qual nos temos referido mais de uma vez, manifestou-se novamente. Os excessos de produção haviam levado os preços do café ao nível mais baixo de todo o período até aqui estudado. Em 1900, a situação econômica na Europa era de recessão, mas a economia norte-americana prosperou rapidamente até 1903, quando registrou um pequeno movimento de contração. A economia europeia já estava em plena recuperação nessa época e a procura de café estava, portanto, se expandindo. A baixa de preços, que havia feito o volume médio de nossas exportações crescer de 6 para 9,5 milhões de sacas depois de 1897, criou estímulos suficientes para elevar essa exportação a 14,8 milhões de sacas em 1901 e para conservá-la na média de 11,7 milhões de sacas entre 1902 e 1905, antes, portanto, do Convênio de Taubaté.

Dessa maneira, recuperávamos, seis anos depois, pelo acréscimo da quantidade exportada, o mesmo nível de divisas obtido em 1892-95; cerca de 20 milhões de libras esterlinas.

Para obter esse resultado foi preciso, entretanto, permitir que os preços caíssem e permanecessem durante muito tempo em níveis bastante baixos. Com a política de saneamento monetário iniciada por Joaquim Murinho, o meio circulante havia sido reduzido de 734 mil contos de réis em 1899 para 675 mil contos em 1902, e as exportações de café haviam conduzido a receita de divisas proveniente desse produto ao nível de 20 milhões de libras esterlinas. Esses movimentos convergentes (além do *funding* obtido) elevaram a taxa cambial e reduziram a remuneração do café em moeda nacional. Veja o quadro 9.

Logo no ano seguinte ao da declaração da República, a taxa cambial declinou violentamente, passando de 26 7/16 dinheiros por mil réis em 1889 para 22 9/16 em 1890, para 14 29/32 em 1891, para 12 1/32 em 1892, até atingir 9 1/16 em 1896. Apesar dessa violenta depreciação, o preço do café elevou-se de 16,0 cents por libra-peso em 1889 para 19,0 cents em 1890 e para 20,0 cents em 1891, daí por diante mantendo-se estabilizado em torno de 14 cents por libra-peso até 1895 e caindo para 11,1 cents por libra-peso

QUADRO 9

Anos	Câmbio médio	Preço do café por 10 kg
1895	9 15/16	13\$475
1896	9 1/16	12\$959
1897	7 23/32	9\$259
1898	7 3/16	8\$375
1899	7 7/16	8\$034
1900	9 16/32	8\$817
1901	11 3/8	5\$617
1902	11 31/32	4\$902
1903	12	5\$004
1904	12 7/32	6\$365
1905	15 57/64	4\$865

Ponte: Documentos Parlamentares, 1915, p. 288.

em 1896. Esses fatos, além da magnífica exportação de 1892, melhoraram de muito a nossa receita de divisas (mas, evidentemente, menos do que a procura estimulada pela violenta inflação).

A explicação da resistência dos preços do café à baixa se encontra nos reduzidos estoques visíveis no início de cada safra e nas pequenas safras do Brasil. Basta dizer-se que a safra 1891/92 teve início com um suprimento visível de apenas 1,91 milhão de sacas, quando o estoque normal era da ordem de 3 a 4 milhões.

Nessas circunstâncias, apesar da grande desvalorização cambial, que dava lucros importantes aos cafeicultores e comerciantes nacionais, os importadores não conseguiram forçar uma redução proporcional dos preços (como os preços no varejo são mais ou menos estáveis, é esse o comportamento que lhes aumenta os lucros).

Essa coincidência da desvalorização cambial com um momento de grande equilíbrio estatístico criou a impressão de que era o câmbio baixo que produzia um aumento da receita de divisas, o que, no fundo, tinha a sua razão de ser, pois se ampliavam as possibilidades de exportação do Brasil. Como se vê no quadro 10, vários produtos apresentaram aumentos consideráveis. Resultados ainda mais satisfatórios foram registrados em outros setores, como o da borracha, onde as exportações duplicaram entre os dois últimos decênios da tabela, e o do mate, onde elas quintuplicaram. Esses resultados foram, em parte, contrabalançados pela diminuição das exportações de algodão e de açúcar.

QUADRO 10

QUANTIDADE EXPORTADA NO PERÍODO (EM 1.000 T)

Decênios	Algodão em rama	Cacau	Pele e couros	Açúcar	Fumo
1871-80	382	50	222	1.685	177
1881-90	228	74	180	2.021	199
1891-900	159	104	247	1.336	212

Fonte: Tosta Filho, 1958, v. 1.

Com relação ao café, entretanto, que representava mais de 60% do valor das exportações no decênio 1881-90 e quase 65% no decênio 1891-1900, não era a desvalorização que estimulava as suas vendas, pois os preços internacionais do produto, que eram determinados pelo encontro entre a procura mundial e a oferta brasileira, estavam em níveis bastante elevados pela diminuição dessa última componente. Quando se apresentou a grande safra de 1896-97 (seguida por outras ainda maiores), o preço do café caiu para cerca de 50% do que vigorava no ano imediatamente anterior. No momento em que a posição estatística do café se inverteu, os seus preços caíram muito mais depressa do que a taxa cambial, e em 1901 a remuneração do produto, em moeda nacional, retornava ao nível de antes da República.

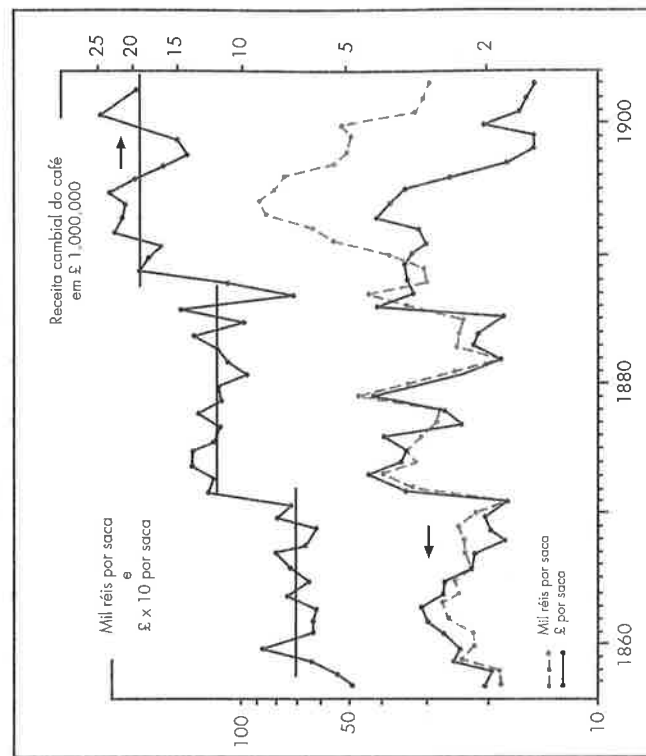
A análise desses movimentos constitui um subsídio precioso para o entendimento das relações entre os preços internacionais do café e a taxa cambial. Quando existe um relativo equilíbrio estatístico, os movimentos da taxa cambial não são praticamente sentidos no mercado caféiro e a desvalorização da taxa cambial tende a elevar os preços do produto em moeda nacional e a causar, com um atraso de quatro ou cinco anos, uma elevação da oferta. Quando, entretanto, a situação é de mercado comprador, com a oferta superando, de maneira importante, a procura, os preços internacionais do café tendem a responder aos movimentos da taxa cambial, conservando mais ou menos estável a remuneração do café em moeda nacional. Foi assim durante os três ciclos que analisamos. Esse fato parece já ter sido apontado pelo prof. Eugênio Gudín, no seu trabalho *Café e câmbio*, publicado em 1934 e que, infelizmente, não conseguimos consultar.

Por outro lado, a observação dos movimentos de oferta e procura do café e da taxa cambial mostram claramente que é muito difícil sustentar-se os preços do produto por meio da taxa cambial, quando existe um excedente de oferta.

O gráfico 3 esclarece o processo de ajustamento do mercado caféiro no período anterior à intervenção estatal. Verificamos que, até praticamente a República, as cotações em moeda nacional e os preços internacionais do café estavam estreitamente ligados. É importante notar-se que as taxas de crescimento dos preços internos e externos eram iguais. Dessa maneira, apesar do necessário atraso da oferta (porque as árvores levam quatro anos para se tornarem adultas), a comunicação entre o mercado interno e o externo era imediata. A taxa cambial fluía em consequência dos movimentos do mercado caféiro, mas esse movimento era, em parte, compensado pela exportação de outros produtos e pela realização de operações financeiras. Por outro lado, e este é o aspecto mais importante do problema, vemos que, dentro de cada ciclo, a receita de divisas mantêm-se relativamente estável, apesar das flutuações dos preços. Esse fato se deve à ampliação das exportações. Se tomarmos, por exemplo, o primeiro ciclo, verificamos que a eleva-

GRÁFICO 3

PREÇO E RECEITA DE DIVISAS



ção dos preços ocorrida a partir de 1857 praticamente dobrou a receita de divisas proveniente do café. Quando os preços começaram a cair, a partir de 1863, o volume das exportações cresceu suficientemente para compensar esse movimento e a receita de divisas permaneceu no mesmo nível. Desse fato decorre que, a longo prazo, a taxa cambial foi relativamente pouco influenciada pelo ciclo de preços. Se atentarmos mais minuciosamente para o fenômeno, constatamos que se verifica uma sensibilidade da taxa cambial dentro do ciclo. Assim, por exemplo, a elevação da receita do café (e a melhoria da exportação de algodão), durante a Guerra Civil americana, firmaram a taxa cambial entre o mínimo de 24 1/4 e o máximo de 27 3/4, entre 1860 e 1864. Durante a Guerra do Paraguai, devido à política inflacionária do governo, a taxa cambial se depreciou e assistimos a um movimento antagônico, ainda que de pequena amplitude, entre os preços do café em moeda nacional e seus preços em moeda estrangeira. Durante esse movimento armado, é certo que a taxa cambial não se depreciou mais (devido às vultosas emissões) apenas porque a exportação de café cresceu suficientemente.

Se passarmos para o ciclo seguinte, verificamos que a prosperidade norte-americana e europeia e a queda de 1870 produziram uma rápida elevação dos preços entre 1868 e 1874, o que quase duplicou a nossa receita de divisas oriunda do café. Consequentemente, essa elevação de preços produziu uma melhoria da taxa cambial, que variou entre o mínimo de 25 1/8 e 27 1/8, em 1873, e, portanto, elevou os preços em moeda nacional na mesma proporção da elevação dos preços em moeda estrangeira. Quando os preços começaram a cair, mais uma vez nossas exportações se elevaram o suficiente para manter a mesma receita de divisas. Apesar das flutuações anuais, ela se manteve, a partir de 1874, mais ou menos em torno de 11,5 milhões de libras esterlinas, o que foi possível devido à ampliação de nossas exportações, alimentadas pelos formidáveis aumentos de produção causados pela fase ascendente do ciclo, como se vê no gráfico 2.

Fenômeno análogo verificou-se no terceiro ciclo analisado e que se iniciou em 1885, depois de uma fase de prolongada depressão, causada não somente pelos excessos de produção, como também pela conservação dos estoques nas mãos dos operadores estrangeiros. A elevação dos preços, verificada a partir de 1886, fez crescer a nossa receita de divisas de uma média de 11,5 milhões de libras esterlinas para mais ou menos 19 milhões. Mesmo com a crise europeia de 1890 e a norte-americana de 1893, nossas exportações cresceram suficientemente, a longo prazo, para sustentar aquela receita, como se vê no quadro 11.

Infelizmente, entretanto, como se verifica no gráfico 3, as fases ascendente e descendente desse ciclo foram acompanhadas por um movimento desequilibrado entre os preços do café em moeda nacional e em moeda estrangeira. Devido à violenta inflação verificada nos primeiros anos da República, os preços do café em mil réis subiram muito mais depressa do que em moeda estrangeira e desceram muito menos rapidamente, o que provocou um violento aumento de produção justamente quando os preços já se encontravam em níveis muito baixos.

QUADRO 11

Anos	Exportação em 1.000.000 de sacas	Receita de divisas em £1.000.000
1895	6,7	22,4
1896	6,7	19,7
1897	9,5	16,5
1898	9,3	13,8
1899	9,8	14,5
1900	9,2	18,9
1901	14,8	24,0
1902	13,2	20,3

Fonte: Taunay, 1946, p. 548

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CICLOS

Os três ciclos a que nos temos referido e que cobrem toda a segunda metade do século XIX representam uma abstração que procura revelar o sentido do movimento geral do mercado, apesar dos movimentos episódicos. Durante vários anos, por exemplo, o mercado sofreu a influência de grandes potências financeiras como B. G. Arnold, cuja tentativa de *corner*, a partir de 1869, pressionou para cima os preços do produto. No mesmo período, John Arbuckle introduz no comércio o café torrado e moído, em pacotes individuais, o que constituiu a revolução tecnológica mais séria para a generalização do uso do produto. No auge da expansão dos preços, em 1873, formou-se, na Alemanha, uma empresa para controlar o comércio de café, a qual funcionou com bom êxito durante quase uma década. Na década dos 80, um "sindicato" formado no Rio de Janeiro para fazer frente aos grandes interesses norte-americanos investidos no setor arruinou-se

completamente, junto com seu opositor norte-americano, devido à ampliação da cultura cafeeira; os preços são derrubados e permanecem em níveis ínfimos durante quase cinco anos.

A respeito desse movimento é interessante recordar-se que se trata da primeira especulação de grande envergadura levada a efeito em moldes que seriam mais ou menos comuns posteriormente e que ainda há pouco foi posta em execução pelo governo federal. O mercado cafeeiro era então, como é hoje, dominado pelo comportamento de algumas grandes empresas torradoras, que funcionam como condutoras de um oligopólio. Dada a magnitude de seus estoques e o volume de seus recursos financeiros, essas empresas praticamente determinam o andamento do mercado e seus movimentos são imitados por grande número de pequenos importadores e importadores-torradores.

No início da década de 80, aproveitando-se das condições criadas pela inexistência de ponderáveis estoques visíveis em Nova Iorque e no Havre e procurando tirar proveito de uma safra apenas regular que se deveria apresentar, formou-se no Rio de Janeiro um "sindicato" que reuniu grandes capitais, inclusive com o auxílio de crédito bancário. O seu objetivo era realizar um *corner* no mercado cafeeiro. A essa ação opuseram-se operadores baixistas, tanto em Nova Iorque como no Havre, o que levou o "sindicato" a realizar grandes compras a termo, certo de que, quando da maturação dos contratos, eles teriam que recorrer a munições importações do Brasil ou então liquidar por diferença. Isso daria ao "sindicato" um duplo lucro: em primeiro lugar, ganharia em moeda nacional pela elevação dos preços do produto e, em segundo lugar, ganharia em dólares e francos.

Como costuma acontecer em casos dessa natureza, os estoques tinham sido subestimados e a tentativa de *corner* produziu resultados desastrosos, liquidando o "sindicato" nacional e colocando em dificuldades inclusive os bancos que os haviam apoiado.

O insucesso dessa gigantesca especulação foi uma das causas mais importantes para a organização de Bolsas de Café em Nova Iorque e no Havre.

Dinamismo da procura

Todos esses movimentos de maior ou menor importância e as instituições que eventualmente deles derivaram não foram suficientes para modificar a marcha do mercado, que, apesar de revelar grandes flutuações, tinha energia para restabelecer o equilíbrio. O fator mais importante para a absorção

das flutuações do mercado residia no dinamismo da procura a longo prazo, que não há razão para se pensar inexistente hoje.

Esse dinamismo se explica por três fatores: uma elevação muito rápida da população, um crescimento acentuado do nível de rendimento e a crença no sistema de preços.

O crescimento da população mundial foi muito importante na segunda metade do século passado, particularmente nos Estados Unidos, que era o país onde mais se consumia café. O quadro abaixo revela o fenômeno:

QUADRO 12

Anos	População em 1.000.000 de habitantes	
	Europa (sem URSS)	Estados Unidos
1850	266	23
1900	401	76
1950	550	150

Adaptado do Relatório da Divisão de População da ONU, 1951.

A população dos Estados Unidos praticamente triplicou entre 1850 e 1900, o que aumentou de maneira muito ponderável o consumo de café. Pode-se argumentar em contrário, afirmando-se que uma parcela importante desse aumento é, de fato, transferência de população. O ponto importante a se notar, entretanto, é que mesmo essa transferência tende a aumentar o consumo, pois o imigrante entra em contato com uma população já habituada ao produto e, o que é mais importante, encontra melhores oportunidades para aumentar o seu rendimento. Na Europa, ele era um consumidor potencial, mas nos Estados Unidos ele se transforma num consumidor atual. Outro aspecto importante do problema não diz respeito à evolução quantitativa da população americana, mas sim qualitativa. Desde 1850 é que se nota uma tendência muito clara ao envelhecimento da população norte-americana. Naquele ano, cerca de 52% da população era menor de 20 anos, contra menos de 45%, em 1900. Esse fato produz uma elevação do consumo de café.

Na Europa, apesar de o fenômeno ser menos ponderável, ele não deixa de ser muito sensível quando comparado com o desenvolvimento posterior, pois revela um aumento de população da ordem de 50% em meio século.

É preciso considerar-se, por outro lado, que não se assiste, no período, a uma simples elevação do número de consumidores, mas a uma elevação

muito rápida do nível de rendimento desses consumidores. Damos abaixo a taxa de crescimento real de algumas das importantes economias do mercado cafeeiro no período:

QUADRO 13

Países	Período entre	Rendimento total	População	Rendimento per capita
Inglaterra	1860-79 1880-99	29,5%	11,5%	16,1%
França	1840-49 1880-99	18,4%	2,5%	15,5%
Alemanha	1860-79 1880-99	44,5%	9,9%	31,5%
Itália	1861-80 1881-1900	37,9%	6,6%	29,3%
Suécia	1861-80 1881-1900	27,5%	6,4%	19,9%
EUA	1869-88 1889-1908	52,4%	23,2%	23,7%

Fonte: Kuznets, S., 1955.

Este quadro mostra claramente o enorme progresso material da economia do mundo na segunda metade do século passado, a despeito dos movimentos cíclicos verificados. São essas taxas de aumento do rendimento *per capita* que explicam o alto dinamismo da procura de café, que passou de 5 milhões de sacas nos anos 50 do século passado para pouco mais de 10 milhões nos anos 80 e andava por volta de 14 milhões no fim do século passado.

Outro fator importante para explicar esse dinamismo da procura deve ser encontrado na crença irrestrita no sistema de preços para regular a economia que vigorava naquele período. Se existissem dúvidas sobre a eficiência desse mecanismo, não teriam sido permitidas as flutuações de preços verificadas dentro de cada ciclo (em média, os preços mínimos do ciclo representam menos do que a metade dos preços máximos) e desde cedo teríamos encontrado tentativas de estabilizar em algum ponto a receita de divisas do país.

OS ANTECEDENTES DA INTERVENÇÃO

A partir de 1902, os preços do café no mercado interno voltaram aos níveis vigorantes antes da libertação dos escravos, o que vale dizer, aos preços vigorantes no período anterior à grande inflação. Murtinho havia posto em prática sua política de saneamento, reduzindo o volume do meio circulante e realizando um *fundings*. A contração causada por essa política

deve ter sido muito importante para o cafeicultor, cujos custos são, na maioria, salários, que poderiam ser comprimidos, permitindo o plantio intercalar de cereais. Na fase de ascensão dos preços, o salário deve ter crescido, não somente devido ao próprio processo de desvalorização do dinheiro, como também pela disputa de mão de obra, disputa esta entre os fazendeiros desejosos de ampliar a produção de café. Nessas circunstâncias, compreende-se que a situação dos fazendeiros não deveria ser muito boa, pois o seu rendimento voltara ao nível vigente antes da libertação dos escravos e é difícil imaginar-se que os seus custos pudessem ser comprimidos da mesma forma.

Murtinho acreditava que a solução do problema deveria ser encontrada pelo próprio mercado, que se encarregaria de eliminar os produtores marginais. É ele próprio que nos diz, no relatório do Ministério da Fazenda de 1899: "Convicto de que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o governo deixou que a produção do café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta". Um ajustamento dessa natureza não se faz sem grande coragem e determinação do governo e sem grandes protestos

Já em 1895, quando o preço interno começou a declinar, foi proposto o monopólio da comercialização do café pelo Estado. Em 1898 surgem as primeiras sugestões para a queima do produto e em 1901 nova sugestão de monopólio, mas Murtinho era um spenceriano convicto de que a concorrência puniria somente os incapazes e nem mesmo uma crise bancária pôde demovê-lo de sua posição. A verdade é que ele encontrara um ambiente inteiramente conturbado, em que já se efetivara uma tremenda inversão de valores. O "encilhamento" havia incutido no espírito dos cafeicultores "o absurdo aforismo de que câmbio baixo correspondia, automaticamente, a café alto", diz-nos Taunay (1946, p. 253), que arremata: "Viviam (os cafeicultores) muito convictos da inflexibilidade desta lei esdrúxula. ansiosamente consultando as oscilações das taxas cambiais, alarmados até com a possibilidade da valorização do mil-réis".

O ponto alto da posição de Murtinho residia em sua completa coerência. Convencido de que existia um desajustamento entre a oferta e procura do produto e de que qualquer intervenção do governo seria incapaz de eliminar esse fato real, esperava que o desajustamento fosse resolvido pela seleção natural, em que os produtores marginais, com custos mais elevados, sucumbiriam. Compreendendo, por outro lado, que o ajustamento poderia

ser acelerado por uma ampliação da procura, forçou também este caminho, tendo o governo federal promovido intensa propaganda do produto no exterior e conseguido várias reduções tarifárias (Taunay, 1946, p. 272).

Os acréscimos de produção estavam, entretanto, criando um desajustamento de dimensões até então desconhecidas entre oferta e procura. Os estoques mundiais, em 19 de julho de cada ano, haviam passado da média de pouco mais de 5 milhões de sacas entre 1895 e 1900 para mais de 11 milhões a partir de 1902.

Naquele ano começara, de fato, a tomar corpo a ideia de que o governo deveria intervir no mercado, tendo sido decretada a proibição do plantio, em São Paulo, pelo prazo de cinco anos, posteriormente renovada. Em julho, Quintino Bocayuva, então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, apresentou aos governos de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo um projeto para valorizar o café. Infelizmente, não era comum a compreensão de que a origem das dificuldades residia num aumento enorme da oferta, devido, em parte, é verdade, à inflação que se seguiu à proclamação da República e facilitada pelo crédito oficial, mas que havia sido realizada por empresários privados, que, ao mesmo tempo em que auferiam os lucros dos negócios (ou em função mesmo dessa qualidade), deveriam assumir os seus riscos. Argumentava-se com as dificuldades da classe agrícola, como se isso representasse a desapareição da cafeicultura. Não se compreendia que as fazendas instaladas, o capital ali investido em benfeitorias, os cafeais já plantados e os imigrantes eram fatores de produção que existiam independentemente dos títulos de crédito ou de débito dos fazendeiros. O máximo que poderia ocorrer era a substituição de uma classe empresária, que se revelara imprevidente, por outra, mas o capital nacional continuaria intacto. Ninguém desejava entender o fato de que a ruína dos fazendeiros simplesmente transferiria as suas propriedades para outros empresários, como Calógeras acentuaria mais tarde, mas que o rendimento nacional, passado os momentos iniciais de surpresa causados por esse trauma, continuaria exatamente o mesmo.

O projeto Bocayuva esperava exercer o poder de monopólio que nos era conferido pela posição do Brasil no mercado, fixando um preço mínimo para o produto, sustentado pelo governo dos quatro Estados.

Regime de exploração

Por vários motivos, a situação da lavoura paulista era mais difícil, do ponto de vista financeiro, do que a dos demais Estados produtores, sendo que

dentre esses motivos não tinha menor importância a forma de relação estabelecida entre o capital e o trabalho. Em São Paulo, a forma de exploração mais comum era o colonato (o qual se mantém até hoje), enquanto nos demais Estados era a parceria (Augusto Ramos, 1934, p. 506).

No regime de colonato, o trabalhador rural recebe, em geral, uma remuneração de três tipos: a) uma remuneração fixa por 1.000 pés para manter limpo e preparar o terreno para a colheita; b) uma remuneração por dia de trabalho para os serviços de poda, adubação, pequenos reparos no equipamento de produção etc.; e c) uma remuneração diretamente proporcionada ao número de sacas de café por ele colhido.

O salário real do colono é, de fato, muito maior do que a remuneração monetária referida acima, pois o colonato implica a permissão para se plantar arroz, feijão, milho etc., dentro da própria fazenda (em terreno separado ou dentro das ruas do cafezal novo) e cujos resultados pertencem ao próprio colono, além da permissão para manter os animais a ele pertencentes e da concessão de outras vantagens (lenha, café para o seu consumo etc.).

No regime de parceria, o chamado "parceiro" executa todos os serviços do cafezal (desde a limpeza até os trabalhos de terreiro), entregando ao proprietário a percentagem de café seco relativa ao contrato. Também nesse regime a remuneração real do trabalho é mais elevada, porque o trabalhador geralmente inclui outras vantagens, como no sistema de colonato.

Verificamos, por essa explanação sumária, que existe uma profunda diferença, do ponto de vista econômico, entre os dois sistemas. No "colonato" o empresário executa, de fato, o seu papel, assumindo os riscos do negócio. Trata-se de exploração tipicamente industrial, onde o empresário recebe remuneração residual e o trabalhador recebe a paga do seu trabalho, quer colheita corra bem, quer não; quer o preço do café esteja alto, quer ele esteja baixo. Na "parceria", o empresário transforma-se no simples rendeiro (de um tipo especial), e procura repartir o trabalho de direção e planejamento e os riscos com o trabalhador rural, que assume, de fato, a categoria de empresário. Nessa qualidade, ele recebe mais se a colheita correr bem ou se os preços são bons, ou recebe menos, em caso contrário, mas não há obrigação contratual de garantia da remuneração para nenhuma das partes.

As repercussões da queda dos preços do café em moeda nacional, dentro dos dois regimes de remuneração do trabalho, são completamente diferentes. No "colonato", ou o empresário liquida as suas dívidas, ou se vê envolvido numa série de complicações que vão desde a desorganização do

serviço até a entrega da propriedade aos colonos credores. A situação em São Paulo era ainda mais complicada pelo fato de que o colono, geralmente, era o imigrante italiano, diligente e exigente e pronto a ir até a aventura na defesa dos seus interesses. A queda dos preços do café recaía, portanto, a curto prazo, inteiramente sobre o fazendeiro-empresário. No regime de "parceria", a compressão da remuneração do trabalhador agrícola é imediata: o proprietário, por menos que recebesse, recebia sempre uma importância positiva, ao passo que no "colonato" ele podia ficar com as dívidas.

Não era, portanto, de se estranhar que a pressão para a intervenção estatal partisse de São Paulo.

Para se compreender como os lavradores paulistas esperavam resolver a situação e como os processos de solução não se modificaram muito até hoje, basta considerar-se um projeto de lei que resultou de uma reunião de cafeicultores em Campinas, para estudar a proposta Bocayuva. No artigo 1º de tal projeto se diz: "Fica o governo autorizado a emitir até a quantia de 200.000:000\$, papel-moeda, fazendo a emissão segundo as necessidades, para o fim de auxiliar a lavoura de café" e, no artigo 4º, "Será entregue ao lavrador, nas repartições criadas para o recebimento do café, a quantia de vinte e quatro mil réis (24\$000), pela saca de café bom, não sendo recebidos escolha e cafés sujos, ficando a diferença para mais, quando haja, a favor do lavrador, para lhe ser dada depois da venda".

Em 1902, o preço médio do café foi da ordem de 4\$902 por 10 quilos, de maneira que o preço mínimo fixado pelo projeto seria mais ou menos equivalente ao preço de mercado. Para se entender o absurdo da proposta, que pretendia garantir a propriedade para os então fazendeiros de café à custa da estabilidade monetária, que estava sendo restabelecida com muito custo para toda a coletividade, basta lembrar que, em 1902, a circulação total do país era da ordem de 676 mil contos de réis. A emissão autorizada era, portanto, da ordem de 1/3 do total da moeda em circulação no país.

Por outro lado, o mecanismo de comercialização funcionava como um *buffer-stock* e já em 1902 estava acumulado, dentro dos canais de comercialização, um número bastante elevado de sacas. As dificuldades de crédito dos fazendeiros e comissários colocara-os nas mãos dos grandes grupos exportadores, que tinham, assim, uma parcela ponderável da safra comprada por antecipação. Nessas circunstâncias, a resistência dos compradores estrangeiros de café era enorme. Eles poderiam reduzir à impotência qualquer plano de defesa, retraindo-se durante tempo suficientemente longo, pois isso causaria uma tremenda inflação interna.

É, de fato, impressionante constatar-se que a maioria dos interessados no problema não entendia que, se o governo adotasse uma saída como a proposta, simplesmente repetir-se-ia o processo. Como já mostramos, a causa principal da expansão cafeeira residia na rápida depreciação da taxa cambial, causada principalmente pelo grande crescimento das emissões que se seguiram à proclamação da República. Inicialmente, os custos contratuais, como os salários, que constituem a parcela mais importante do custo de produção do café, não cresceram na mesma proporção que a desvalorização cambial; por sua vez, o rendimento residual, que é o lucro, expandiu-se. À medida, entretanto, que a situação se ajustava e dada a importância maior do comércio exterior no custo da vida naquele tempo (em que se importavam quase todos os gêneros de consumo), também os salários tendiam a crescer, crescimento esse que era pressionado ainda pela falta de mão de obra, escassa diante das possibilidades de expansão da lavoura cafeeira. É importante notar-se que essa escassez persistiria mesmo depois que os preços do produto tivessem caído, pois as novas áreas plantadas exigiam um volume proporcionalmente maior de braços e a taxa de entrada de imigrantes havia diminuído.

Problema talvez maior residia no fato de que a inexistência de uma regulamentação do trabalho agrícola tornava muito simples a mobilidade dos agricultores assalariados, o que permitia o estabelecimento de um leilão entre os fazendeiros na disputa da mão de obra de que necessitavam para a ampliação e conservação de suas fazendas. O problema era particularmente grave pelo abandono da agricultura complementar ao café (a não ser a executada nos primeiros anos depois de plantado, entre as ruas do cafezal), o que, de um lado, mantinha o trabalhador agrícola parcialmente ocupado durante uma boa parte do ano e, de outro, devia criar tremendos problemas na época da colheita, em que todos os fazendeiros se precipitavam para o mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, o fazendeiro devia manter, normalmente, um excesso de mão de obra, mesmo nos períodos mais folgados do ano, para fazer face ao aumento do volume de trabalho na colheita, o que encarecia o custo de produção do produto.

Antes mesmo que o cafezal pudesse produzir, já se encontravam os empresários em situação difícil, pois os custos se elevavam pelo aumento da taxa de juro (diante da escassez de capitais para financiar os acréscimos de cultura) e pelo aumento da taxa de salário (diante da escassez da mão de obra), de maneira a eliminar quase todo o lucro criado passageiramente pela depreciação cambial, que agia com velocidade diferente sobre os vá-

rios tipos de rendimento. Quando a superprodução se efetivou, os preços internacionais caíram mais depressa do que o câmbio (que, aliás, estava em recuperação) e os preços em moeda nacional se reduziram rapidamente de 15 mil réis por 10 quilos, em 1894, para 13 mil réis em 1896, para 9 mil réis em 1900 e para apenas 5 mil réis por 10 quilos em 1902.

Ora, se o governo adotasse as medidas propostas, restabeleceria a marcha inflacionária e a resposta do câmbio não se faria esperar (porque dificilmente se elevaria a receita de divisas). É possível que, a curto prazo, novamente o rendimento residual fosse beneficiado, mas é certo que a prazo pouco mais longo os salários novamente se ajustariam e a situação seria a mesma. Talvez fosse pior, porque o aumento do lucro provavelmente estimularia ainda maiores acréscimos de produção.

Esse mecanismo operaria uma transferência de rendimento daqueles que percebem uma remuneração contratual e, portanto, relativamente estável, para aqueles que percebem uma remuneração residual, que se ajusta automaticamente. A inflação transferia, pela depreciação cambial, rendimentos das classes assalariadas para os cafeicultores. O resultado era mais grave porque as poupanças eram encaminhadas diretamente para novas culturas de café, único setor em que os empresários aplicavam os seus capitais. Era, portanto, inútil permitir que o círculo vicioso voltasse a se completar. É certo, por outro lado, que a política de saneamento iniciada por Murtinho restabelecia o equilíbrio monetário à custa de grandes sacrifícios para alguns, principalmente para alguns bancos nacionais que tinham ligações com a lavoura e para grandes casas comissárias, que desapareceram. Esse movimento acelerou o processo de integração da comercialização do produto, o qual já vinha se realizando, há algum tempo, pela absorção dos ensacadores pelos exportadores.

Essa modificação da estrutura da comercialização tinha também as suas implicações nessa época de crise. O comissário fazia o papel de financiador e conselheiro do cafeicultor e normalmente era ligado a ele por laços de amizade, ligação essa que foi se diluindo à medida que a produção nacional se expandia. O ensacador comprava café por conta própria, classificava-o e preparava-o de acordo com os hábitos dos grandes mercados mundiais e conservava um estoque razoável do produto, o que o tornava frequentemente altista. Dessa maneira, ele e o comissário em geral tinham interesses comuns a se contraporem aos desejos do exportador, normalmente baixista. O exportador tratava unicamente de colocar nos mercados estrangeiros o café que já recebia pronto das mãos dos ensacadores.

Com a diminuição em número e importância dos comissários — iniciada com a libertação dos escravos e acelerada depois de 1903 pela lei que regulamentou o estabelecimento dos armazéns gerais — e dos ensacadores, aumentaram, de um lado, as dificuldades de financiamento dos agricultores e, de outro, diminuiu o estoque necessário para manter a comercialização em determinado nível. À medida que essa integração se acentuava, maiores eram as possibilidades de pressão dos grandes exportadores sobre os preços, pois enfrentavam agora não algumas grandes casas ensacadoras com grandes capitais, mas uma infinidade de pequenos agricultores cujas finanças estavam arruinadas.

A ideia de intervenção governamental no mercado foi, entretanto, arrefecida pela diminuição das safras 1903-04 a 1905-06. O preço interno do café aumentou (apesar da melhora da taxa cambial) pela elevação dos preços internacionais do produto, atingindo 6\$365 por 10 quilos em 1904.

A safra de 1900-01 encontrara um estoque de 5,84 milhões de sacas, que atingira 11,26 milhões em 1902-03. A situação somente não se agravou mais porque fenômenos climáticos adversos (seca e geada) reduziram de maneira apreciável as colheitas brasileiras de 1903-04, 1904-05 e 1905-06. Mesmo assim, essa última safra fechou com um estoque visível de mais ou menos 9,5 milhões de sacas (o estoque normal de comercialização era da ordem de 30 a 40% do consumo, ou seja, mais ou menos 5,5 milhões de sacas). A diferença líquida de estoques entre 1900-01 e 1905-06 encontrava-se distribuída da seguinte maneira: 2,07 milhões de sacas como variação de estoques no Brasil e 1,13 milhão como variação de estoque no estrangeiro.

Em 1905, o café atingia, em moeda nacional, os preços que haviam vigorado nos anos imediatamente anteriores ao “encilhamento”, ou seja, as cotações atingidas na grande depressão de 1881-85, quando fracassou uma tentativa de *corner* levada a efeito por especuladores nacionais. Naquela época, tais preços já haviam colocado em razoável dificuldade a lavoura cafeeira. Agora, depois da violenta inflação, eles provavelmente não cobriam ao menos o custo. Isso significava que, em dois ou três anos, o equilíbrio estatístico estaria restabelecido, pois os cafeicultores não poderiam pensar nem mesmo os cuidados normais ao cafeeiro e, em dois ou três anos, a produção sofreria um colapso.

À medida que os cafeais plantados sob o estímulo do “encilhamento” iam se tornando adultos, a situação piorava cada vez mais, como se vê no quadro da página seguinte.

O consumo mundial era da ordem de 16 milhões de sacas, o que mostra que o estoque disponível no início da safra já representava cerca de 3/4 desse consumo. Mas já em 1906-07 a situação iria piorar muito mais, pois a safra se antecipou com uma florada de proporções até então desconhecidas e o Brasil tomou consciência de que se colheria, num só ano, mais café do que o mundo todo poderia beber. Quando ficou claro que essa safra não seria inferior a 20 milhões de sacas, começou-se a pensar seriamente numa forma de intervenção que preservasse a lavoura cafeeira do desastre.

QUADRO 14

Safras	Produção exportável do Brasil	Produção exportável dos outros	Estoque mundial
	(em 1.000.000 de sacas)		
1899-1900	9,25	4,35	6,20
1900-01	11,31	3,79	5,84
1901-02	16,09	3,65	6,87
1902-03	13,07	4,50	11,26
1903-04	11,13	4,63	11,90
1904-05	10,52	3,92	12,36
1905-06	11,49	3,95	11,26

Fonte: Hopp, 1954.

Dificuldades tarifárias

Para se ter uma ideia mais completa da situação do mercado do café no começo do século, na época imediatamente anterior à que marcou a intervenção governamental, temos que fazer ainda algumas considerações a respeito. Quando, em 1902, o preço médio do café no porto de Nova Iorque era da ordem de 6,6 cents/libra-peso e mais ou menos o mesmo nos portos europeus, incidiam sobre o produto as tarifas mostradas no quadro 15.

A Europa e os Estados Unidos repartiam, mais ou menos, o consumo do produto e os principais consumidores europeus eram, então, como agora, a França, a Alemanha e a Itália. Como a parte mais importante da tarifa mencionada era específica, isso significa que ela não variava com as flutuações de preço, onerando proporcionalmente mais o produto justamente quando o seu preço era menor. Para se ter uma ideia da eficiência de uma redução de preços para aumentar o consumo nos três países mais impor-

tantes, basta considerar as seguintes reduções possíveis no preço do produto, com uma redução de 10% nos preços de importação:

- França – o preço passaria de 6,6 + 6,0 = 12,6 para 6,0 + 6,0 = 12,0, com uma redução de 5%;
- Alemanha – o preço passaria de 6,6 + 4,3 = 10,9 para 6,0 + 4,3 = 10,3 com uma redução de 6%;
- Itália – o preço passaria de 6,6 + 9,0 = 15,6 para 6,0 + 9,0 = 15,0, com uma redução de 4%.

QUADRO 15

Suécia	1,4 cents/libra-peso
Inglaterra	3,0 cents/libra-peso
Dinamarca	3,0 cents/libra-peso
Alemanha	4,3 cents/libra-peso
Noruega	de 3,6 a 6,2 cents/libra-peso
Áustria-Hungria	8,0 cents/libra-peso
Rússia	8,2 cents/libra-peso
Portugal	8,8 cents/libra-peso
Espanha	12,2 cents/libra-peso
Itália	9,0 cents/libra-peso
França	6,0 cents/libra-peso

Fonte: Relatório da Conferência Internacional do Café, realizada em Nova Iorque, em 1902.

Por outro lado, é preciso lembrar que os fornecimentos de café, tanto para os países escandinavos como bálticos, eram, em boa parte, realizados por aqueles três países, que reexportavam uma parcela importante do café comprado no Brasil. O quadro abaixo dá uma ideia da magnitude desse fenômeno no ano de 1901:

QUADRO 16

Países	Exportação do Brasil	Importado para consumo
	(em 1.000 de sacas)	
Alemanha	2.809	1.705
França	2.184	629
Áustria-Hungria	690	601
Itália	205	186

Fonte: Retrospecto Comercial, 1903, p. 61.

Mesmo para os Estados Unidos havia um comércio regular de reexportação. Esse fato tinha uma dupla implicação. Em primeiro lugar, impedia o estabelecimento de correntes normais de comércio entre o Brasil e uma série de outros países, o que enfraquecia a nossa posição; em segundo lugar, dava margem a toda sorte de fraudes com o café brasileiro, o qual, depois de remanipulado, era vendido como Java ou outro, a preços superiores. Esse fato explica uma parcela da ampla campanha depreciativa a que sempre esteve sujeito o produto nacional. Os grandes entrepostos comerciais europeus tinham todo o interesse em criar a ideia de que o café brasileiro era de péssima qualidade, pois isso estabelecia um diferencial maior entre ele e os seus concorrentes e dava-lhes amplas possibilidades de lucros fáceis.

Rigidez dos preços

Por outro lado, no mercado norte-americano, onde não existia um sistema tarifário que impedisse a generalização do uso da bebida, o mecanismo de comercialização funcionava no sentido de manter constantes os preços do produto, a despeito da baixa dos preços de importação. A tabela seguinte mostra o fato:

QUADRO 17

Anos	Preço médio de importação	Preço médio no varejo
	(em cents por libra-peso)	
1892	14,0	28,0
1893	16,4	28,3
1894	14,7	27,8
1895	14,6	27,4
1896	11,1	26,8
1897	7,5	25,5
1898	6,5	24,5
1899	6,7	24,4
1900	7,4	24,5
1901	6,4	24,4
1902	6,6	24,2
1903	7,0	24,1
1904	8,1	24,7

Fonte: Hopp, 1954.

A tabela anterior mostra que o mecanismo de comercialização tornava os preços do varejo muito mais rígidos. É evidente que não é possível — como queriam muitas pessoas da época — que os preços do varejo variassem na mesma proporção que os preços de importação, pois existem os custos de preparo e comercialização do produto. Como veremos minuciosamente em capítulo posterior, se chamarmos de p o preço de importação, o preço no varejo será $P = a + bp$. Isso significa que, quando o preço de importação passa de p para p_1 , o preço do varejo passa de P para $P_1 = a + bp_1$. Como o parâmetro a é necessariamente positivo, $(P - P_1)/p$ é sempre maior do que $(P - P_1)/P$.

É certo, por outro lado, que o aumento da margem de comercialização que passou de 13,0 cents por libra-peso em 1892-95 para 17,4 cents por libra-peso em 1901-04, deve ter melhorado, de maneira considerável, o lucro dos torradores. Esse resultado somente se tornou possível porque a integração das grandes firmas importadoras-torradoras estava se completando e elas agora, inclusive, compravam café no interior do Brasil por meio de seus agentes locais. Esse aspecto da comercialização tem, entretanto, as suas vantagens, pois, quando os preços de importação sobem, os seus movimentos não são acompanhados, na mesma proporção, pelo preço do varejo. Infelizmente, não dispomos de informações seguras sobre os preços do café no varejo antes de 1892. Há, entretanto, indicações de que a baixa dos preços de importação simplesmente restabeleceu a margem de comercialização (existente antes da alta de 1886), e que havia diminuído no período de preços elevados (1886 a 1896).

A extraordinária rigidez introduzida nos preços do café no varejo, tanto na Europa como nos Estados Unidos, foi talvez o principal fator que levou os brasileiros a pensarem na substituição do sistema de preços formados livremente no mercado por um monopólio do produto. Esperava-se, dessa maneira, auferir uma parcela maior de lucro. Infelizmente, em lugar de pensarem nas formas de reduzir aquela rigidez e tornar o mercado varejista mais sensível às modificações dos preços do café verde, pensavam eles nas maneiras possíveis de repartir melhor o lucro deixado por ela.

Não resta dúvida de que essa política de preços estáveis em um nível que havia assegurado grandes aumentos de consumo deve ter exercido um papel importante na fixação do hábito nos consumidores. Por outro lado, não é possível deixar-se de reconhecer que essa rigidez diminuiu muito a eficácia da baixa dos preços de importação para acelerar o aumento do consumo.

O comportamento dos operadores do mercado

Desde que os preços do varejo permaneceram praticamente no mesmo nível durante os últimos 20 anos do século XIX, isso significa que o consumo deveria ter flutuado de acordo com a flutuação do nível de rendimento e com o volume da população, o que deveria resultar em flutuações relativamente lentas. Como se explica, então, as violentas oscilações no volume de nossas exportações? A maior parte desses movimentos se explica pelo comportamento dos operadores do mercado, que procuravam realizar os seus estoques quando os preços eram mais baixos e reduzir as suas compras quando os preços se elevavam. Dessa maneira, eles funcionavam como uma espécie de *buffer-stock*, impedindo que pudessemos tirar vantagem dos anos de safras medíocres.

É importante notar-se que esse tipo de comportamento não impedia o funcionamento do sistema de preços, mas simplesmente diminuía a amplitude das oscilações. O sistema funcionou relativamente bem enquanto não existiu um excesso considerável de produção, o qual os intermediários não poderiam absorver, não somente pelo grande risco que implicaria, como também pela inexistência de recursos financeiros suficientes. A existência desse estoque nas mãos dos operadores tornava a sua procura de café muito mais elástica a curto prazo, de um lado porque lhes aumentava o poder de resistência na alta e, de outro, porque lhes facilitava a colocação dos excedentes a preços mais baixos. Essa elasticidade maior da procura de café, por sua vez, assegurava uma receita mais ou menos estável de divisas dentro de amplos períodos e, enquanto as condições monetárias não se deterioravam rapidamente, isso significava uma relativa estabilidade cambial e uma concomitância entre as flutuações dos preços do café nos mercados interno e externo, o que simplificava o processo de ajustamento entre oferta e procura.

É ainda aquele comportamento que provavelmente explica as rápidas reações dos preços do café às modificações dos níveis de atividade nos países consumidores. Quando as perspectivas eram desfavoráveis, não só o crédito era mais escasso (e a manutenção do estoque mais difícil), como aumentava o risco, o que exigia uma baixa dos preços do produto (baixa cuja magnitude estava ligada não só à magnitude da crise, como às condições do próprio mercado cafeeiro).

Um sistema de comercialização dessa natureza contém, por outro lado, elementos de grande instabilidade, pois se apoia de maneira quase total na confiança e nas expectativas dos operadores e pode deixar de funcionar

justamente no momento em que se torna mais necessário. Foi esse o caso quando as floradas da safra de 1906-07 mostraram que ela atingiria níveis até então desconhecidos, e que provavelmente passaria de 20 milhões de sacas. Uma safra dessa magnitude, quando os preços do café já eram muito baixos, quando existia um estoque de quase 10 milhões de sacas e quando o consumo mundial era da ordem de 16 milhões de sacas, exigiria uma violenta e duradoura queda de preços para ser absorvida. Havia, entretanto, sérios problemas para serem resolvidos.

Difícilmente o setor de comercialização do produto (que já tinha em mãos estoques volumosos e, portanto, iria sofrer sérios prejuízos) poderia absorver o excedente sem uma indescritível baixa de preços, pois, em caso contrário, seria preciso imobilizar, durante um período mais ou menos longo, um extraordinário montante de recursos. Antes mesmo da grande safra que se aproximava, o preço de importação do café nos Estados Unidos era de mais ou menos 8 cents por libra-peso, o que mostra que os preços talvez caíssem a 3 ou 4 cents. Além do mais, com os resultados do saneamento monetário e a ampliação do volume das exportações de café, a taxa cambial vinha melhorando sensivelmente desde 1900, como vimos há pouco, e os preços do café, em moeda nacional, já se encontravam num nível que provavelmente só cobria o custeio das fazendas.

Percebe-se, portanto, claramente, que o problema não se resolveria dentro de uma economia de mercado, a não ser à custa da eliminação de uma parcela muito importante das plantações de café. Em princípio, isso significava a eliminação das lavouras menos produtivas e mal localizadas, o que, quando a receita proveniente do café caísse abaixo do custeio, se daria com relativa rapidez, pois o abandono do cafezal por dois ou três anos praticamente o inutiliza. É possível, por outro lado, que o peso da oferta reduzisse de tal maneira o preço interno do café, que o rendimento obtido com o produto fosse insuficiente para cobrir as despesas de custeio, mesmo das culturas mais produtivas, o que poderia representar a eliminação completa da cafeicultura nacional. Essa hipótese, ainda que plausível, era improvável, como se vê pelo quadro 18.

A recuperação lenta dos preços, em resposta à diminuição da produção do Brasil, constituiu, no período, um dos estimulantes mais poderosos para a comercialização do produto. A magnitude dos grandes estoques tinha uma importância relativamente menor do que em outras circunstâncias, pois a diminuição da safra introduzia uma expectativa claramente otimista com relação aos preços.